



Terramaia #6

Publicação semestral do Município da Maia
Edifício dos Paços do Concelho
Praça do Doutor José Vieira de Carvalho
Maia

Propriedade
Município da Maia
revistaterramaia@cm-maia.pt

Edição
Pelouro de Planeamento Territorial,
Mobilidade e Transportes e Pelouro da
Cultura

Diretor
Mário Nuno Neves

Editor e Responsável Científico
José Carlos Portugal

Coordenação Editorial
Sofia Barreiros

Produção
SCOPIO EDITIONS

Consultor Editorial
Pedro Leão Neto

Design
Né Santelmo
Artur Leão

Impressão
Multiponto S.A.

abril, 2024

ISSN 2184-6448
ISBN 978-972-8315-96-2
Dep. Legal - 465190/19
Tiragem
60.000 exemplares

(Legal) - Todos os direitos reservados. Nenhuma
parte desta publicação pode ser reproduzida,
copiada ou transmitida de qualquer forma ou
por qualquer meio ou armazenada em qualquer
sistema de armazenamento ou recuperação de
informações sem a permissão por escrito do
editor. Todas as fotografias apresentadas neste
livro são © dos fotógrafos.

Os textos estão publicados respeitando as regras
ortográficas adotadas por cada autor.

Autores - Fotografia
Guilherme Silva
Lisboa, 26 de Abril de 1974
p. 2

Rui Mendes
“Mulher do cravo, 1º de Maio.”
Paris, 1983
p. 3

Carlos Gil
“Sede do CDE, depois MDP/CDE.”
Lisboa, Anos 60
p. 4

Sérgio Valente
“Fotografia parcial das milhares de
pessoas que assistem à primeira
chegada ao Porto de Ruy Luís
Gomes.”
Porto, n.d.
p. 7

As fotografias dos autores acima referidos,
integraram a exposição “Kioskzine -
Especial Liberdade” que decorreu no
Fórum da Maia entre 18 de Abril e 12 de
maio de 2024.

Ramiro Silva
Mural Comemorativo dos 50 anos do
25 de Abril - excerto
Maia, 2024
p. 11 e 12

Universidade de Coimbra • Centro
de Documentação 25 de Abril
Alexandre Alves Costa
p. 17, 18 e 19

Nuno Portas
p. 19

Autores - Textos
António Leite Ramalho
Armando Mário Moreira Tavares
José Carlos Portugal
José António Bandeirinha
Mário Nuno Neves
Rui Teles de Menezes

Desenho de José Carlos Portugal,
“liberdade-caminhos-7”, grafite
sobre papel reciclado, 25 de Abril
de 2023
p. 32

Capa
Mural Comemorativo dos 50 anos do
25 de Abril - excerto
Maia, 2024
Autores: Regg Salgado e Mariana
Santos
© Ramiro Silva

Contracapa
desenho conceptual do memorial
escultórico a instalar nos Jardins do
Fórum . Conceção José Maia.

Nota de Abertura
**O Poder Local, um dos principais
instrumentos de concretização de Abril**

António Domingos da Silva Tiago
1

Editorial
**50 voltas ao Sol depois, que sombras
sob a luz?**
José Carlos Portugal
2

As Trilogias da Cidade Democrática
António Leite Ramalho
10

SAAL 1974-2024
**O direito à arquitetura, o direito à
especificidade**
José António Bandeirinha
16

**Reflexão sobre Democracia
Representativa e Cidadania**
Mário Nuno Neves
20

Casa do Povo de Moreira da Maia
Armando Mário Moreira Tavares
24

“A Terra a quem a trabalha”
**Uma perspectiva da evolução agrícola
dos últimos 100 anos na Maia**
Rui Teles de Menezes
27

Fecho: Em que País mora o Mundo?
José Carlos Portugal
31

O PODER LOCAL, UM DOS
PRINCIPAIS INSTRUMENTOS
DE CONCRETIZAÇÃO DE
ABRIL

“Sem instituir o poder local efetivamente democrático e sem
o viabilizar através de meios organizativos técnicos, financei-
ros e humanos não se constrói uma sociedade democrática.”
Francisco Sá Carneiro (31/10/1976)

Sendo o presente número da Terramaia, o número seis, mui-
to marcado pela comemoração dos 50 anos do 25 de Abril,
parece-me apropriado e justo que me refira a uma das princi-
pais conquistas revolucionárias, consagrada na Constituição
de 2 de abril de 1976, que é o Poder Local Democrático.
As freguesias, os municípios e as comunidades intermunicipais
têm sido os principais motores de progresso e desenvolvimen-
to do território, entendido nas suas múltiplas vertentes e face-
tas, quer pela proximidade da sua atuação, quer pela perceção
das reais necessidades das populações e quer, ainda, pela con-
fiança que, de uma maneira geral, os cidadãos nelas depositam.
Esta importância dos órgãos do Poder Local e o reconheci-
mento cívico da sua eficácia, tem crescido exponencialmente
e são cada vez mais e mais complexas as competências que a
Administração Central tem transferido para a Administração
Local, em domínios tão importantes como o ordenamento ter-
ritorial, a educação, a saúde, a habitação e a coesão social.
Sendo claro e inegável o contributo que o Poder Local tem
dado ao País, torna-se cada vez mais incompreensível, que a
esse nível e a seu respeito, o preceituado constitucional ainda
não esteja concretizado na sua plenitude.
Refiro-me, obviamente, à Regionalização (artigo 255º da CRP).
É altura dos partidos políticos portugueses, com representa-
ção parlamentar, iniciarem, sem mais delongas, esse completar
do ordenamento lógico do Poder Local.
Enquanto autarca, mas sobretudo enquanto cidadão, espero
que as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, que antece-
dem as comemorações dos 50 anos da Constituição da Repú-
blica Portuguesa, de 2 de abril de 1976, sirvam como estímulo
e até como imperativo moral para que a Regionalização, final-
mente, se torne uma realidade.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia
António Domingos da Silva Tiago

50 VOLTAS AO SOL DEPOIS, QUE SOMBRAS SOB A LUZ?

“Os Portugueses não convivem entre si, como uma lenda tenaz o proclama, espiam-se, controlam-se uns aos outros; não dialogam, disputam-se, e a convivência é uma osmose do mesmo ao mesmo, sem enriquecimento mútuo, que nunca um português confessará que aprendeu alguma coisa de um outro, a menos que seja pai ou mãe...”

Eduardo Lourenço, *Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do Destino Português*,
Dom Quixote, Lisboa, 1978



Sem título
Lisboa, 26 de Abril de 1974
Guilherme Silva

Esta TM#06 tem como inexorável nuvem temática o tal “dia inicial inteiro e limpo” que chegou à madureza das 50 voltas ao Sol.

A Revolução de 25 de Abril de 1974 despertou toda uma sociedade (e com o espanto de parte do Mundo), de um longo sono comatoso, entorpecedor da própria existência. Esse “emergir da noite e do silêncio” foi celebrado na rua como uma erupção de incontida poesia, gritada aos sete ventos no próprio dia, livre de qualquer temor (mesmo apesar de alguns rumores de incerteza, de que sempre sofre o voo errático dos pássaros há muito engaiolados), atropelado por uma dinâmica grupal inebriada de felicidade a rodear, a correr ao lado e a saltar para cima das chaimites dos militares; ou de alegria – a de Hélia Correia “...Erguei nas vossas mãos o ar por onde / esvoaça esta alegria. / Que ninguém adormeça.

/ Porque dias, / meses a fio, e anos, dançaremos / por sobre a claridade. / Vinde, bebei, ciganos: / eis a pátria.” - a distribuir centenas de milhares de cravos vermelhos (profusão extraordinária que talvez só se explique com a hipótese de a própria Natureza ter estado envolvida na Revolução, conjurada com os capitães); ou de entusiasmo a encher Santa Apolónia ou a Portela para receber os políticos exilados, como em Caxias para libertar os heróicos presos políticos - imaginarmos o que teria sucedido numa “hiper-realidade hiper-alternativa hiper-mediática” como a que temos hoje, será um curioso exercício de reflexão crítica.

Durante a longa noite era proibida e reprimida a livre associação cidadã (as organizações colectivas tinham um muito discriminatório quadro de referência, controlado policialmente pelo regime da ditadura); como o era a simples reunião

espontânea em grupo no espaço público (nos transportes, nas igrejas, nos estádios, nos cafés, nas esquinas, nas praças e nos jardins, fantasmaava a vigilância delatória); como o era a criatividade social e comportamental (segundo um férreo padrão moral judaico-cristão retrógrado e anquilosado); como o era o direito à expressão de opinião própria fundamentada e do direito à informação fiável (ambas confinadas num espartilho de censura institucional, com alguma frequência patética e hilarantemente permeável por ignorância dos guardadores, valha a verdade); como eram grotescamente cerceados os direitos da mulher ou o direito universal à instrução para o conhecimento.

Com a honrosa excepção de algumas minorias sociais – células de movimentos operários e grupos de trabalhadores rurais, bem como elites intelectuais, que com heroísmo resistiram à ditadura, muitos perdendo a vida- foi esse País de submissos e timoratos, um quarto deles analfabetos e um terço a viver em barracas sem infraestruturas básicas, com a maioria das mulheres “fechadas em casa”, que cravou as unhas na liberdade no dia em que o Movimento das Forças Armadas, inconformado com a marasmática situação marcial nas Colónias, rompeu a pesada carapaça que encapsulava em bolor todas as aspirações igualitárias de uma existência digna, havia já meio século XX.

Não há parto sem dor. Essa longa estagnação acabou por mostrar a natural incapacidade para ver as cores da vida que a Liberdade trazia consigo: nem cinzentos, só havia preto e

branco, o preto velho era mau e o branco nascente era bom, um maniqueísmo que não deixou de incorrer nalgumas injustiças. Um percurso iniciático, de aprendizagem compulsiva, muitas vezes com intrínseco afã pueril e não poucas vezes paradoxalmente adversativo pela dificuldade de transpor o interesse e aspiração pessoais para uma plataforma de afirmação colectiva, mas também com muitas fantásticas, inventivas e profícuas experiências de exercício da cidadania surgente.

Após essa incontornável pulsão libertária de todos os excessos escapados do manto de chumbo (todas as revoluções são, por natureza, excessivas na catarse) que durou dois anos, o País iniciou-se na prática da liberdade democrática de associação e na construção de organizações colectivas, concebendo uma nova Constituição da República na qual ficam consagradas as liberdades fundamentais e, assim, derrotando finalmente a ditadura com a garantia de que mesmo os detractores e/ou descrentes na democracia beneficiariam dela.

Este número da TM não pretende, portanto, ser um registo estático, de ilustração memorial, mas procura sim, suscitar serena reflexão sobre aquilo que, 50 anos depois, remanesce como bom produto essencial dessa libertação, outrossim um olhar crítico (necessariamente autocrítico, enquanto sociedade) sobre o que, não sendo irrecuperável, se foi liquefazendo do potencial redentor desse “E emergimos da noite e do silêncio”, rumo à construção robusta de uma sociedade mais justa, humanamente harmoniosa e progressivamente mais próxima de um “índice de felicidade comum”.



Mulher do cravo, 1º de Maio
Paris, 1983
Rui Mendes



Sede do CDE, depois MDP/CDE
Lisboa, Anos 60
Carlos Gil

Um dos mais úteis (e clássicos) exercícios de introspecção crítica sobre a Liberdade *lato sensu* é o de, num processo reflexivo comparativo, confrontarmos aquilo que antes não nos era permitido fazer (apesar de o desejarmos, pouco ou muito), com aquilo que fazemos quando já nos é permitido (tendo liberdade de escolha, pouca ou muita).

É sabido que ninguém terá necessariamente que ser submetido a repressão para que possa acreditar, desejar, defender e lutar pela Liberdade. Todavia, parece também algo evidente que quem crê na Liberdade por mera doação, herdada de quem a construiu, acaba por malbaratar o seu valor fundamental. Nem tanto por desvalorização em si, mas por “negligência tranquila”, quase natural – custou a conquistar, está escalada a montanha, é para sempre! Ora, nunca assim foi na História e assim não é.

A Liberdade é um direito pelo qual se luta quando se a não tem e, estando conseguida, é uma responsabilidade pela qual se tem que perseverar. Alimentando, adaptando, renovando, regenerando ou, no limite, revolucionando, se necessário for.

Neste passo, convoco a condescendência dos leitores(as) para uma provocação directa e simplista: qual é o estado-da-arte da Liberdade que, como País, Povo, Comunidade, conquistámos há 50 anos?

Com aquilo que não tínhamos e pelo qual ansiávamos e passámos a ter, o que e o quanto fizemos?

E porquê? Porque é que “livres habitamos a substância do tempo” era, afinal, o epílogo expectante de Sophia?

Há sinais de deslaçamento do gregarismo e com acumulação persistente de efeitos. Deixando a “escala global” (as distopias planetárias em todas as dimensões vitais – ecossistemas, clima, fome, migração massiva e errática, guerra, iniquidade social, radicalização política, abulia civilizacional), embora todas influentes directas no nosso quotidiano (por mais de pequena escala que seja – a nossa família, a nossa casa, o nosso prédio, o nosso bairro...), urgem essa reflexão serena mas incisiva sobre o que temos para dizer aos nossos netos quando eles nos fizerem as perguntas que não tardam e para as quais temos a responsabilidade (e o desejo) de ter respostas. São essas respostas que estão cada vez menos simples.

Vivendo em Liberdade política formal, é aparente a noção de que vivemos numa sociedade da desconfiança, da suspeita, que conduz ao excesso paranóico de regulação e, consequentemente, de vigilância. Fica uma noção diáfana de que há uma liberdade transcendente a coabitar com uma censura imanente.

Vivendo em Liberdade social formal, é aparente a noção da afirmação de um individualismo exacerbado que desemboca em formas de competição doentia as quais, por sua vez, dispensam a partilha desinteressada, genuína e construtiva – a mitologia do “não há almoços grátis” instituiu o princípio de que toda a cooperação e partilha assume a identidade de “negócio”.

Vivendo em Liberdade individual formal, é aparente a dispensa muito perigosa do sentido crítico na recepção e consumo da informação via redes sociais digitais as quais, por sua vez, vão mostrando à saciedade o declínio da autonomia dos “filtros pessoais” de sentido crítico fundamentado. Uma abaixante Liberdade de enganar e ser enganado a/pelo outro.

Vivendo em Liberdade comunicacional cidadã, é aparente uma tendência febril para a confrontação adversativa, como se ideias diferentes fossem armas de combate para arremesso e não ferramentas de processo construtivo para aproximação e partilha.

Vivendo em Liberdade de participação no processo decisório, é aparente que a burocratização excessiva e formatada das tarefas favorece a indiferença, reprimindo a espontaneidade criativa e, por essa via, limitando o potencial inventivo da sociedade no seu todo.

Vivendo num ambiente de Liberdade de escolha, parecem ser cada vez mais os humanos (as “pessoas lá em casa”, na exasperante formulação usada e abusada pela pandémica bolha mediática) que dispensam a capacidade e o gosto de se relacionarem e construírem redes sociais *facelook*, deixando essa tarefa às máquinas, podendo suceder que um dia se passe a acreditar (e aceitar) que a IA pensa melhor e melhor seria até que também sentisse...

Vivendo em Liberdade de debate, parecem florescer “as fúrias do teclado” (muito a coberto de anonimato) e não deixa de surpreender que, contemporaneamente, as democracias formais são tão ou mais condicionadoras das liberdades sociais do que as autocracias (ou democracias hipócritas), com a subtil perfídia de que as pessoas fora das elites (as tais “pessoas lá em casa”), pouco parece importarem-se com isso, por vezes a troco de um prato de “lentilhas sintéticas” coloridas.

Vivendo numa atmosfera de Liberdade de organização e iniciativa, não faz sentido deixar perder-se esse potencial nos meandros de uma competição doentia. Tal como no quotidiano social, na Investigação Científica e/ou Tecnológica, o “recato individualista” ou restrito a pequenos grupos, comum no início de processos inventivos, só se transforma em conhecimento efectivo e útil depois das ramificações cooperativas da partilha e interacção. Deixar a livre utilização colaborante do potencial apenas para as crises e aflições, parece um calculismo demasiado cínico. Para não ir mais longe, remeto apenas para a notável e muito instrutiva história da criação da vacina universal contra a primeira grande pandemia do século XXI.

Vivendo numa realidade de intensa colaboração inter-institucional e de parcerias empresariais na “nuvem” da investigação e desenvolvimento tecnológico, torna-se inquietante verificar o facto de que esse ganho em eficácia (colaboração, partilha, cooperação) não contamine toda a sociedade e permaneça algo encapsulado nas elites da academia, ou dos negócios ou, em situações limite da “*realpolitik*”. As máquinas – inventadas e ensinadas por nós – são já praticamente irrepreensíveis no funcionamento em rede e o Algoritmo Mestre habilita-as à auto-aprendizagem continuada, exponencial, dispensando o factor da dúvida e do impasse pelo erro (podem errar, mas avançam mesmo sem correcção). E, percebe-se, nunca jamais desperdiçarão a incomensurável vantagem de cooperarem. Justamente aquilo em que, aparentemente, nós os bio-analógicos, já bastante “andróidizados”, estamos a regredir. Um paradoxo algo sombrio.

Penso, por exemplo, nos baixos níveis de participação pública comunitária e no esforço que iniciativas de base cidadã têm que despender para agregar pessoas e estabelecer cadeias colaborativas que enraizem nos múltiplos contextos do quotidiano. Penso sobretudo nos urbanitas, cuja esmagadora maioria sofre de depressão só em pensar que deveria ir à Assembleia de Condóminos, preferindo sem pestanejar, pagar a uma firma de serviços a gestão dos seus próprios interesses. Outro paradoxo enigmático.

Vivo há 31 anos num edifício de habitação colectiva, com 43 fracções e integrado numa urbanização de origem cooperativa com cerca de 600 famílias. Alguns dos meus bons amigos nasceram nas Assembleias de Condomínio. A urbanização

acabou por organizar um Condomínio Geral com os 9 edifícios, numa estrutura de representação democrática, o qual assegura uma gestão e manutenção integrada dos jardins de toda a urbanização e desempenha junto da Câmara Municipal o papel colaborativo de alertar e orientar intervenções no espaço público. Na comemoração dos 30 anos houve uma celebração e festa com toda a diversidade de vizinhos – os que são naturalmente mais amigáveis e os que o são menos – e é essa partilha e debate de diferenças (por mais tensas que sejam algumas assembleias e são) que, no fundo, nos aperfeiçoa a prática da democracia de base. Viver num prédio e/ou num bairro é uma espantosa oportunidade que o acaso dá aos cidadãos para praticarem democracia e fazerem amigos (útil e agradável) e é muito malbaratada em sociedade- se assim não fosse os meus amigos limitar-se-iam aos do trabalho presencial.

Viver numa Cidade implica algum esforço, mas contém inerente um privilégio: são inumeráveis as possibilidades de conhecer pessoas, construir comunidades e, por essa via, ter voz na sociedade. Nos prédios, nos bairros, nas praças, nos jardins, nos transportes, nas festas, nas manifestações. Ser parte de uma comunidade e usufruir dessa condição é senão a principal, uma das maiores vantagens de ter “caído” (alguns, poucos, escolhido) numa Cidade. Aparentemente, caminhamos para uma maioria das pessoas ter mais “amigos” nas plataformas digitais do que amigos que são seus vizinhos ou coabitam no mesmo bairro. Com o avanço da IA muitos virão a descobrir (ou nunca o perceberão) que, na verdade, tinham mais “amigos” avatares que rompem a amizade por bem menos do que uma discussão sobre as prioridades do orçamento do Condomínio: desaparecem inopinadamente, por exemplo, depois de recusarmos os cookies de uma aplicação qualquer que nos recomendou.

Em alguns Países (embora ainda apenas à escala das Cidades), há sinais de que “as pessoas já não estão assim tanto lá em casa”, estão a sair à rua, para se encontrarem com outras pessoas e, em grupo, com voluntária cumplicidade, desenharem maneiras inovadoras de usar o espaço público em partilha cidadã activa, ganhando autoridade e voz nalguns domínios do desenho das políticas públicas. A questão é que a velocidade de cruzeiro da evolução da Humanidade sofreu

1 Este texto pratica uma maneira de “citação desconstruída” do alquímico e definitivo poema de Sophia sobre o 25 de Abril, na assunção humilde de que à Mestra possa ser possível complacência para com a minha pouca arte.

uma aceleração brutal perante a qual, na ânsia de não ficar para trás, tentamos sempre acompanhar e, estando sozinhos, poderemos bem nem nos aperceber que deixámos para trás o tempo psicológico cognitivo, o ritmo-tempo essencial ao exercício crítico que garante o filtro fino, barreira à manipulação da personalidade e, por extensão, à limitação da Liberdade.

Virá outra madrugada tão esperada? Por certo que sim, mas como aquela não, não virá – há História que não se repete. Contudo e na verdade, não precisamos dela, atento o tanto que ainda não fizemos com o que nos foi dado no “dia inicial inteiro e limpo”, uma Quinta-feira. 50 anos, 600 meses, 2.609 semanas e 18.263 dias depois, volta a ser a uma Quinta-feira pela sétima vez. Inspirador amparo, o augúrio do número 7.

Todavia, parece remisso o sentimento de que “E livres habitamos a substância do tempo”.

Não é iludível uma percepção de “diáfana substância”¹.

António Leite Ramalho, um “repetente na casa”, traz-nos um pequeno ensaio de geometria elementar, como um origâmi de conceitos em três pedaços de três pontas cada, que podem ser ligados aleatoriamente, estimulando diversas leituras cruzadas da urbanidade em liberdade.

A dicotomia tensa entre “cidade densa e compacta”, onde somos menos “livres” mas usufruímos de muito maior riqueza cultural e social, e a “cidade dispersa”, onde somos mais livres mas mais solitários. A ausência de democracia prejudica a cultura cidadã. A tensão da “pluralidade de singularidades” lidada com inteligência e cultivada com equilíbrio, dependendo da Liberdade, é justamente o que a consolida.

Expondo claramente as trilogias “clássicas” da urbanidade pela observação antropológica, sociológica e política, estendendo-as em cordão contínuo, ligadas, acaba por nos dar a mão da fantástica Amélie Poulain para juntarmos uma terceira, formando uma trilogia de trilogias concomitantemente una e diversa, dir-se-ia caleidoscópica.

José António Bandeirinha, arquitecto, investigador e professor catedrático da Universidade de Coimbra, autor do mais consistente estudo científico sobre o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)², apresenta-nos uma síntese crítica de um dos movimentos populares mais profícuos, mobilizadores e

2 “O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974”, Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, 2002.



Fotografia parcial das milhares de pessoas que assistem à primeira chegada ao Porto de Ruy Luís Gomes
Porto, n.d.
Sérgio Valente

alargados no território nacional. O movimento do “Casas sim, barracas não” e do imaginário dos “Índios da Meia Praia” teve vida curta e, estigmatizado como uma das marcas do Período Revolucionário Em Curso (PREC), foi obliterado durante décadas, desperdiçando-se o seu potencial.

Mais recentemente, porém, provou duradoura memória na medida em que actualmente é matéria exemplar de estudo e visitação internacional, no que atende a processos democráticos de organização e construção urbana, no qual o ímpeto revolucionário não dispensou o legado de conhecimento de um caminho pré-revolucionário consolidado.

Há uma malapata de Portugal com a questão da Habitação. Sucodem-se pulsões reformistas e iniciativas legislativas que borregam sistematicamente em ciclos de insucessos, por viés conceptual da administração central, que não valoriza a participação cidadã activa na origem dos processos. Não deixa de suscitar perplexidade o facto de o SAAL poder com naturalidade ser visto hoje como uma possibilidade analítica para o estado da arte, desaproveitada por estar ali mesmo à mão, mas na prateleira de baixo. Ou talvez seja, na verdade, uma espécie de alegoria ao próprio País e ao seu processo de abulia na distância temporal a 25 de Abril de 1974.

Mário Nuno Neves, *habitué* desta tertúlia, disse o seguinte na sessão inaugural das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril na Maia:

“É também nosso objetivo reforçar a ideia de que se a Liberdade é uma pulsão inata e natural ao Homem, a Democracia é um permanente processo de aprendizagem, e que embora seja o sistema político que mais direitos garante aos Cidadãos, não funciona sem o cumprimento permanente dos deveres cívicos que a mesma implica, pressuposto que deve ser ensinado, não só em casa, mas também e muito especialmente nas escolas.”

Estas palavras foram proferidas em antecipação a uma memorável conferência de Domingos Abrantes Ferreira, um herói resistente à ditadura, e perante um grande auditório do Fórum da Maia repleto com jovens das escolas do Concelho.

Com o seu reconhecido cunho marcadamente heurístico, desta vez molda-nos em algodão finamente poroso, a nuvem de paradoxos e equívocos em que se foi deitando a nossa (*lato sensu*) “Democracia Representativa”. Os *cityzens* e os *netizens*, frequentemente desatinados no labirinto dos “proto-conceitos” de Liberdade, Responsabilidade e

Conhecimento, bem como da importância da coerência e coesão entre si. Dos limites e fechamentos das estruturas políticas formais de representação, à preservação da Liberdade pessoal e seminal através da autonomia conferida pelo pensamento crítico, pelo Conhecimento, acaba por nos confrontar com a inquietação maior: esta “terceira vaga da Democracia”, assente num sistema de representatividade cidadã, cavou demasiada distância para quem representa. Distantes os representantes dos representados, enfraquecida a crença nas instituições da prática democrática quotidiana, nublada a assumpção da responsabilidade cidadã individual, qualquer Utopia será definitivamente imprestável. Releva no final um certo chão seguro, aparentemente deserto de consciência grupal o que o torna em larga medida enigmático, mas inexoravelmente real: a humanidade avança sempre nas crises, mesmo que só *a posteriori* perceba que milagre sucedeu.

Armando Moreira Tavares, historiador, divulgador e técnico superior do Museu de Etnologia da Terra da Maia, um bem vindo estreante na TM, traz-nos a inspiradora história – quase centenária – da “Casa do Povo de Moreira da Maia”. Inspiradora e desassossegadora – é impressionante a eficácia obtida pelo espírito cooperativista na melhoria de um conjunto de questões e problemas quotidianos dos cidadãos da sua zona; e assombra o facto de a relação causa-efeito ser tão compreensível se transposta para os dias de hoje. Verdadeiro serviço público de iniciativa comunitária. Notável.

Uma mercearia, uma seguradora, um serviço social, um banco, o fomento à educação, cultura, um serviço de saúde e farmácia e, por último, mas não menos importante, salão de reuniões e festas. Um autêntico microcosmos societal destrutado pela ditadura e um exemplo cristalino do dano que a restrição da Liberdade opera sobre a capacidade cidadã em criar comunidade, procurando equiparar direitos e oportunidades. Capacidade essa que, quase um século depois e apesar da recuperação da Liberdade política formal, a sociedade vem falhando quase todas as tentativas de recriar com dinâmica positiva.

Rui Teles de Menezes, outro *habitué* desta “casa de papel”, faz-nos desta feita a sinopse da actual Cooperativa Agrícola da Maia. A organização da lavoura na Maia, não tendo ficado imune à conturbação pós-revolucionária (ao contrário, talvez noutro extremo, do Alentejo latifundiário e, em grande medida, justamente também por essa razão),

provou sábia plasticidade adaptativa para se manter viva e viável mesmo com as sucessivas alterações dos quadros legais reguladores.

Talvez seja legítima uma leitura de que esta história é apenas mais uma das que corroboram a robustez do traço mais expressivo de uma “identidade maiata”: a milenar e perenal relação inteligente com a úbere terra dos aliviões tranquilos e bem ensolarados, que nem o tempo marasmático da ditadura, nem as escoriações sofridas na sua libertadora queda, abalaram.

Este número da TM, como se percebe, não segue a estrutura temática padronizada dos números anteriores. É uma forma, também, de se oferecer a integrar o desfile do extenso, substantivo e notável programa das “Comemorações dos 50 Anos do 25 de Abril”. Sabendo o leitor maiato que a Liberdade não é um tema segmentável, por essa razão mesma a decisão editorial optou por construir este #06 como um conjunto linear de reflexões tematicamente tão abrangentes quanto o conceito em si.

Pode dizer-se, ainda assim, que a nuvem tem nuances. Entre a especulação ensaística sobre as redes sinápticas de exercício da Liberdade na urbanidade; ou a recordação fundamentada de como, paradoxalmente, a Liberdade conquistada obliterou o primeiro direito; ou a confrontação crítica introspectiva sobre “as dores de praticar ser Livre não sozinho”; ou como uma das formulações do modelo do socialismo utópico Libertário, também na Maia, teve uma interessante aplicação; ou a comprovação de que há na Maia um “factor X” identitário que permite continuidade na relação com a lavoura.

Em Liberdade, pratiquemos Cidadania informada pelo Conhecimento. Não há Democracia abaixo desse chão.

Viva o 25 de Abril. Boa leitura.

José Carlos Portugal

Arquitecto, consultor da Câmara Municipal da Maia

AS TRILOGIAS DA CIDADE DEMOCRÁTICA (*)

(*) Designadamente a trilogia “lugar / espaço público / comunidade” e a trilogia “igualdade / liberdade / fraternidade”. Entenda-se trilogia como o conjunto de três obras, seres ou objetos da mesma natureza, que se completam e concorrem para um determinado fim. Considere-se, analogamente, que a conjugação o mais harmoniosa possível dessas trilogias concorre para a construção e fortaleza da “cidade democrática”. Mas há ainda uma outra trilogia que concorre para esse mesmo fim, porque não há duas sem três...

INTROITO

A democracia é um sistema político em que a autoridade emana do conjunto dos cidadãos, baseando-se nos princípios da igualdade e da liberdade. A cidade é um espaço edificado e não edificado, público, privado e semi-público / semi-privado, onde ocorrem movimentos políticos e sociais, como o que aconteceu em 1974 que depôs o regime ditatorial em Portugal. “Era Abril / que descia aos tropeções / pelas ladeiras da cidade”¹ a anunciar a democracia e a entreabrir as portas da liberdade, porque “Só há liberdade a sério quando houver / a paz o pão / habitação / saúde educação / só há liberdade a sério quando houver / liberdade de mudar e decidir / quando pertencer ao povo o que o povo produzir”².

É essa liberdade que cabe à(s) comunidade(s) construir, a sério, em cada dia e em todos os lugares e espaços da cidade democrática conquistada, para que em todas as manhãs reencontremos nela “O dia inicial inteiro e limpo / Onde emergimos da noite e do silêncio / E livres habitamos a substância do tempo”³. Importa, pois, precisar e consolidar os pilares universais da cidade democrática, aqui vertidos em trilogias estruturais e modelares dessa tal cidade comum a qualquer geografia ou corpo social.

1. O LUGAR COMO ESPAÇO DA IGUALDADE

O lugar é um espaço de afluência e confluência, com necessidades específicas dos grupos diferenciados que o utilizam (crianças, jovens, idosos, minorias étnicas) e maior ou menor protagonismo dos grupos relativamente homogêneos. Desse modo é evidenciado o papel democrático e pluralista dos lugares, suportado por critérios de polivalência e multifuncionalidade. Acima de tudo, o lugar deve ser um espaço de práticas contínuas de promoção do princípio da igualdade.

1 In Poema “Abril”, de José Fanha
2 In Poema “Liberdade”, de Sérgio Godinho
3 In Poema “25 abril”, de Sophia de Mello Breyner Andresen

O artigo 13.º da Constituição da República Portuguesa estabelece que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei e que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social.

O artigo 21.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia proíbe a discriminação seja por que motivo for, designadamente, o sexo, raça, cor ou origem étnica ou social, características genéticas, língua, religião ou convicções, opiniões políticas ou outras, pertença a uma minoria nacional, nascimento, deficiência, idade ou orientação sexual.

A Nova Carta de Atenas refere que a cidade do séc. XXI “deverá procurar também a maior diversidade de oportunidades, de escolhas económicas e de emprego para todos os que nela habitam e trabalham, e deverá assegurar um melhor acesso à educação, à saúde e ao maior número de equipamentos possível. Enfim, novas formas de estruturas sociais e económicas virão corrigir as grandes disparidades sociais, causas de exclusão, de pobreza, do desemprego e criminalidade e proporcionar o novo quadro de vida necessário à correção daqueles desequilíbrios”⁴.

Os lugares da cidade democrática, incontornavelmente, têm de valorizar a dignidade social, banir a discriminação e garantir a igualdade de oportunidades.

Admitindo que a promoção da igualdade é potenciada pela coesão social, o estudo (com vista à promoção) da coesão de um determinado corpo social, num certo espaço, requer, em primeiro lugar, definir os respectivos padrões, no

4 Conselho Europeu De Urbanistas, A Nova Carta de Atenas 2003 – A Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do séc. XXI, Lisboa, 2003, p. 10



Mural Comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril - excerto
Maia, 2024
Regg Salgado e Mariana Santos

pressuposto que um grupo será coeso (e ao mesmo tempo dinâmico) quando todos os seus elementos respeitem as mesmas referências. Será então oportuno notar a seguinte definição operativa:

“Uma sociedade define-se de duas maneiras:

a) Por si mesma: pelo nome, pelas fronteiras, pelos direitos que ela se concede sobre si própria e sobre seu solo (a língua, o respeito pelo Estado, a civilização, a raça não são necessariamente nacionais), por sua vontade de ser uma, por sua coesão própria, por sua limitação voluntária àqueles que podem dizer-se nós e chamar os outros: os outros, os estrangeiros, os bárbaros, hilotas e metecos, ao passo que eles mesmos se chamam “os homens”, os patrícios e os eupátridas. Esta coesão geral traduz-se materialmente: pela fronteira de uma parte, pela ou pelas capitais da outra, se for o caso; mas, em qualquer hipótese, pela sensação do espaço e do território social (noção do Raum de Retzel*). Estas fronteiras, estes espaços encerram ordinariamente um número determinado de pessoas que trazem o mesmo nome.

b) Isto nos leva à forma psicológica, à representação colectiva correspondente a esta distribuição dos indivíduos num momento e num lugar determinados, à noção de totalidade. Esta noção exprime-se, em primeiro lugar, por este nome de que acabamos de falar, que a sociedade se dá (e não aquele que lhe é dado – geralmente inexacto) e pela sensação muito aguda da comunidade que ela forma. A noção de descendência comum forma seu mito.”⁵

2. O ESPAÇO PÚBLICO COMO LUGAR DA LIBERDADE

Em referência ao passado recente, Bernard Huet afirma que “a cidade, dita tradicional, densa e complexa, oferecia, através dos seus espaços públicos, não apenas lugares de convívio e troca, mas sobretudo lugares nos quais se desenvolvia a aprendizagem civilizadora e cultural dos habitantes”⁶.

5 MAUSS, Marcel, *Ensaio de Sociologia*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1999, p. 101
* Friedrich Ratzel, geógrafo e etnólogo alemão, 1844-1904 (N. do E.).
6 HUET, Bernard, “Organização e requalificação de espaços públicos em Paris”; in AAVV, *Os Centros das Metrópoles – Reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*, São Paulo, Editora Terceiro Nome, Viva o Centro, Imprensa Oficial do Estado, 2001, pp. 153-165



Mural Comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril
excerto - Maia, 2024
Regg Salgado e Mariana Santos

Este “costume” que remonta à antiguidade, pois já “os Atenienses encontravam-se na ágora há 25 séculos atrás para comprar bens, mas também para ouvir o que passava, renovar relações e definir a sua identidade colectiva”⁷, é completamente actual e transversal a vários modelos de organização e realização das sociedades, já que, por exemplo, “as pessoas nas comunidades rurais Americanas encontram-se no café local ou na loja pelas mesmas razões”⁸, justamente nos locais onde se encontram na “cidade pública”⁹ da cidade Árabe-Islâmica, no centro histórico e nas avenidas modernas da cidade Europeia, nos eixos centrais que organizam a quadricula de bairros da cidade Norte Americana, ou na “cidade exterior”¹⁰ da cidade Chinesa. E “quando esses locais desaparecem ou as pessoas perdem o hábito de os frequentar, é difícil depararem-se com comunidades”¹¹.

É por isso importante considerar que ao nível das interacções sociais os “encontros forçados derrubam fronteiras e forçam diferentes comunidades a entenderem-se melhor. Isto conduz à ideia de, [também] no design organizacional (tanto literalmente no design de edifícios, como metaforicamente nas estruturas humanas), planejar barreiras fracas em vez de paredes fortes”¹².

À escala urbana este princípio é peculiarmente explicitado em West Village, um icónico bairro da cidade de Nova York, onde “os residentes concordam viver em pequenos apartamentos em troca de uma variedade de cafés e lojas e bares e parques próximos. A West Village força os seus residentes a sair de casa. Poucas pessoas, por exemplo, têm uma máquina de lavar e secar em casa, e por isso até a lavandaria se torna um local social: tu tens de levar as tuas roupas à lavandaria ao fundo da rua”¹³.

Através do espaço público, por onde fruimos a cidade com liberdade competente, os lugares ganham urbanidade, tornando-se sede do viver colectivo, sendo este facto responsável pela experiência vivida, sentida e retida do quotidiano. Os lugares são então definidos e percebidos através dos modos de apropriação e usos coreográficos (como sejam os desfiles, os concertos, as manifestações, as procissões, as

7 COHEN, Don, PRUSAK, Laurence, *In Good Company: How Social Capital Makes Organizations Work*, Boston, Harvard Business School Press, 2001
8 Ibidem
9 Tradicionalmente organizada em torno da “medersa” (mesquita-universidade) e do “souk” (ruas com lojas e artesanato).
10 Designada por “Wai chang”, reservada aos artistas e logistas.
11 COHEN, Don, PRUSAK, ibidem
12 WARD, Victoria, “Victoria Ward Wasks, ‘Can Design of Physical Space Influence Collaboration?’”, *Knowledge Management Review*, Setembro / Outubro 1999

festas populares, as feiras ambulantes, a localização de bares, restaurantes e lojas), que motivam a criação de espaços específicos, que geram ritos colectivos, espontâneos ou institucionalizados. Tais hábitos criam subculturas locais e constroem signos, que informam do valor histórico e/ou físico das estruturas edificadas entretanto constituídas em património da colectividade. É disso exemplo a seguinte narrativa:

“Tomemos como exemplo, o caso de Lisboa. Até há poucas décadas era possível ver no Chiado e na Baixa senhoras da alta sociedade que ali iam fazer as suas compras e que se deslocavam a pé, cruzando-se com estudantes, pequenos empregados, costureiras e até operários da construção. Como era possível encontrar na Baixa grandes banqueiros e empresários que se dirigiam às sedes dos bancos e companhias. Como era ainda possível deparar com escritores afamados nos cafés ou à porta das livrarias, e com advogados e médicos de renome que se dirigiam para os seus escritórios e consultórios. Tudo isto de mistura com grupos de galegos que nas esquinas esperavam freguesas e com lavadeiras de Caneças e marçanos das mercearias que iam entregar encomendas a gente fina que ainda morava na zona central da cidade. Enquanto isto, aos domingos e feriados crianças de boa linhagem conviviam nos jardins da capital, guardadas por criadas de servir que namoriscavam os magalas em passeio, e à noite as famílias iam ver as montras da Baixa.”¹⁴

3. A COMUNIDADE COMO EDIFÍCIO DA FRATERNIDADE

Refere Brandão Alves que “a ligação das pessoas a um espaço existe a diversos níveis e à medida que vão partilhando o espaço, entre os quais salientamos os laços culturais entre indivíduos com formações semelhantes, os laços no seio da família, dos amigos ou de outros grupos com interesses comuns e as experiências partilhadas entre os que assistem a este ou àquele acontecimento. O papel de cada indivíduo na utilização do espaço resulta da sua interacção a estes níveis diferentes de ligação ao meio”¹⁵.

13 GLADWELL, Malcolm, “Designs for Working; Why Your Bosses Want to Turn. Your Office Into Greenwich Village”, *The New Yorker*, 11 de Dezembro de 2000
14 PEREIRA, Nuno Teotónio, “A crise do espaço público”, *Vértice*, N.º 80, Outubro / Novembro 1997, pp. 10-12
15 BRANDÃO ALVES, Fernando M., *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003, p. 114

Na sequência desta perspectiva, será de referir que a categorização dos utilizadores e os modos de vinculação ao espaço originam uma espécie de “mosaico cultural” da vida urbana, isto é, uma “justaposição de estratos e funções diferenciadas, conotadas com específicas formas de viver o quotidiano, nas matizes das suas crenças, ideologias, valores, costumes e representações sociais”¹⁶. Mas no limite da diversidade o indivíduo torna-se incapaz de reagir às novas solicitações, face ao território do anonimato e da impessoalidade resultante do universo das suas componentes, sobretudo a efemeridade dos contactos.

Sobre este aspecto convirá ressaltar que “se aos incessantes contactos públicos das pessoas nas grandes cidades correspondessem as mesmas reacções interiores dos contactos que têm lugar na pequena localidade, onde cada um se conhece e tem uma relação activa com quase todas as pessoas que encontra, estaríamos completamente atomizados e cairíamos numa condição mental deplorável”¹⁷.

Apesar de uma indissociável desumanização da grande cidade, a “metrópole”, o seu habitante alcança uma margem de liberdade e de autonomia jamais atingida, a qual escapa às formas tradicionais de controlo social, não obstante esses atributos o fazerem sentir profundamente só no meio das multidões. Paralelamente, “quanto mais urbanizado for um local, maior será a intensidade das suas subculturas”, hipótese avançada por Claude Fischer, cujos efeitos associa a um aumento da coesão de grupo¹⁸ e por consequência a uma maior convivência amigável entre os indivíduos e as comunidades, promovendo desse modo laços de fraternidade.

Do ponto de vista da ocupação e usos do território, os níveis de interacção social, genericamente, dependem das seguintes circunstâncias:

- Quando há uma certa disponibilidade de espaço – separação espacial dos elementos que poderiam estar em relações conflituais;
- Quando não há disponibilidade de espaço – procura de formas diversas de compromisso de coexistência que permitem fazer com que o espaço quotidiano não seja um lugar de tensões constantes.

No que respeita à organização do território em estruturas espaciais coerentes impulsionadoras de interacção social, salientam-se:

- A unidade / comunidade de vizinhança – propensão para minimizar os conflitos devido a um agrupamento de elementos homogéneos (quando há uma certa disponibilidade de espaço no território) e à elaboração de amplos compromissos de coexistência (quando não há disponibilidade de espaço no território);
- O bairro – combina diversas entidades homogéneas de pequena escala, resultantes do uso de equipamentos e serviços variados. A esta escala desenvolvem-se os sentimentos de identidade e de diferenciação para com outros bairros, requerendo a existência de um sentimento de segurança. A segurança e a identidade podem ser abaladas pela progressiva infiltração de pessoas que introduzem elementos heterogéneos num espaço para onde as leva a sua mobilidade espacial individual;
- O centro – favorece o contacto com o estrangeiro, o desconhecido. É o lugar privilegiado do acontecimento e do inesperado, da expressão do debate e da encenação de pontos de vista mais ou menos opostos, do controlo efectivo e simbólico da vida colectiva.

PROPOSIÇÃO FINAL

Torna-se evidente que “a cidade não é na sua totalidade nem um lugar de tensão, nem um lugar de segurança: é a composição de ambos os valores e é o conhecimento dos lugares onde cada um deles se exprime que faz a sua actividade e lhe dá o seu carácter vivo”¹⁹. Fica assim claro que o estudo dos lugares, onde os espaços públicos se inserem, tem como ponto de partida o “indivíduo no espaço”, daí que a “forma urbana” deva resultar do produto da interacção entre o comportamento humano e o espaço que o abriga.

É tal-qualmente manifesto que “a experiência da cidade surge assim como sendo a de articulação entre actividades e populações diversas – o que a distingue claramente de outras experiências, tais como as da empresa, da escola ou ainda de um centro comercial. Esta especificidade gera várias incidências nas ligações entre actores e posições sociais; mediante

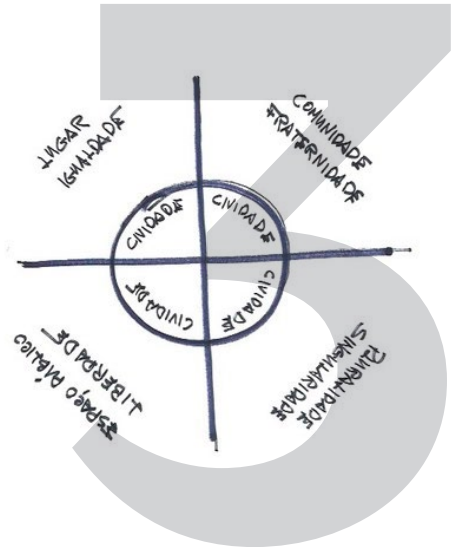
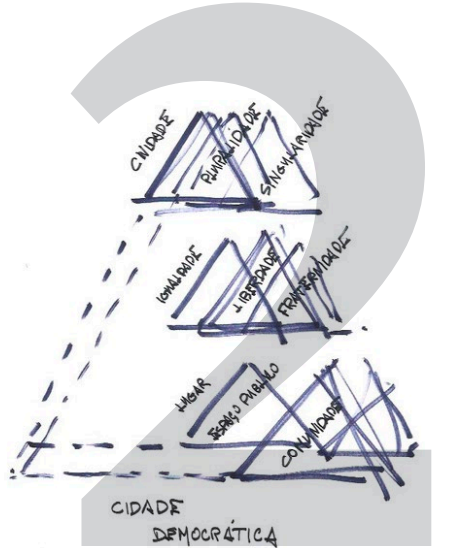
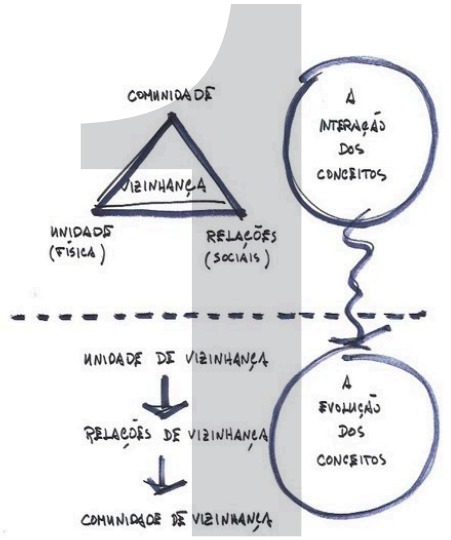
efeitos de sentidos opostos, ela contribui para constituir possibilidades desiguais de participação e de intervenção ao mesmo tempo que suscita um modo particular de experiência do conflito”²⁰. A prevenção dos conflitos no seio das comunidades dos lugares, com especial manifestação nos espaços públicos, releva a participação efetiva dos cidadãos nos mais diversos processos de realização coletiva. E é a pluralidade de expressão, de organização e de acontecimentos, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais de cada cidadão, que assegura essa realização.

Por outro lado, é a singularidade que dá vida a uma cena ou a um acto. O contraste pode surgir das características formais do espaço e dos seus elementos, da experiência do observador ou utilizador, mas também surge das especificidades da “forma do corpo social” e dos mais diversos desempenhos próprios e pessoais dos indivíduos que o conformam. Amélie Poulain, personagem do filme francês “O Fabuloso Destino de Amélie”*, uma comédia romântica de 2001, na sequência de um acaso encontra a missão da sua vida: levar a felicidade às pessoas que a rodeiam, ajudando a melhorar as suas vidas através de pequenos e discretos gestos. Este filme ensina a conviver com os “outros”, sem esquecer a importância do “eu” enquanto protagonista da sua própria vida.

Em resultado da reflexão sobre as trilogias de partida para a construção e fortaleza da cidade democrática – “lugar / espaço público / comunidade” e “igualdade / liberdade / fraternidade” –, emerge outra ainda que igualmente contribui para esse fim que simboliza os valores intemporais e ageográficos de ABRIL de há 50 anos e de SEMPRE, designadamente a trilogia “cidade²¹/ pluralidade / singularidade”.

António Leite Ramalho

Mestre em Planeamento e Projeto do Ambiente Urbano
Licenciado em Planeamento Regional e Urbano
Diretor do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística e Ambiente da Câmara Municipal de Valongo



Diagramas do autor do texto

16 AAVV, Viver (n)a Cidade, Lisboa, Grupo de Ecologia Social (LNEC) e Centro de Estudos Territoriais (ISCTE), 1990, p. 1
17 SIMMEL, Georg, “A metrópole e a vida do espírito”; in FORTUNA, Carlos (Org.), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta, 1997, p. 36

18 FISHER, Claude, S., “Toward a subcultural theory of urbanism”; in BALDASSARE, Mark, *Cities and Urban Living*, New York, 1983, pp. 84-114
19 RÉMY, Jean, VOYÉ, Liliane, *A cidade: rumo a uma nova definição?*, Porto, Edições Afrontamento, 1997, p. 133

20 Ibidem
21 Do latim civitāte, que significa «conjunto de cidadãos».
* “Le fabuleux destin d’Amélie Poulain”, filme francês, realizado por Jean-Pierre Jeunet e com Audrey Tautou na protagonista, foi lançado em França a 25 de Abril de 2001 (N. do E.).

SAAL 1974-2024

O direito à arquitetura, o direito à especificidade

“Logo após o 25 de Abril, o programa SAAL começou como enigma, cresceu como crítica — profusamente criticado à esquerda e à direita — durou poucos anos, estendeu-se de norte a sul e deixou mais de meia centena de bairros inacabados, os quais têm sido mais visitados por estrangeiros do que por portugueses.”

Há dez anos atrás, estávamos então a comemorar as quatro décadas do 25 de Abril, Nuno Portas referia-se assim ao programa que ele próprio criou. A vantagem desse programa, um mero despacho interministerial datado de 31 de Julho de 1974, foi ter sido parcimoniosamente regulamentado, o que permitiu o desenvolvimento de um processo aberto, maleável e facilmente adaptado a dezenas de circunstâncias do território português, todas diversas entre si, cuja única característica comum era a gritante carência de condições habitacionais.

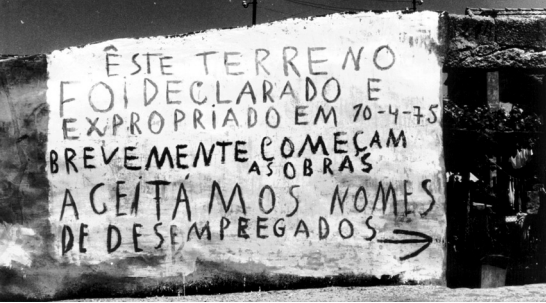
Nos dias que correm, ao longo dos quais tanto se subestima o significado do 25 de Abril, não será certamente demais referir alguns dados dessa crise, os quais, ainda que observados sob um ponto de vista meramente numérico, nos asseveram que a situação era deveras preocupante. A carência cifrava-se em 600 000 fogos, com tendência para agravamento. Cerca de 25% da população do território continental estava alojada em habitações sem qualquer espécie de indicadores de segurança, conforto, salubridade e privacidade, ou seja, em edifícios degradados, em espaços sobrelotados, em ilhas, em barracas, enfim, em alojamentos sem qualquer tipo de condições de habitabilidade. Nas áreas rurais era muito evidente a carência de infraestruturas básicas. Nas urbanas, por sua vez, a degradação do parque habitacional existente crescia a par e passo com o avolumar incessante e extensivo das implantações precárias e clandestinas: bairros de lata, de barracas, e de construções abarracadas. De um total calculado em dois milhões e meio de fogos, cerca de 52% não possuía abastecimento de água, 53% não possuía energia elétrica, 60% não possuía rede de esgotos e 67% não dispunha sequer de instalações sanitárias*.

Nuno Portas era na altura Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo do primeiro Governo Provisório. A sua experiência anterior no Laboratório Nacional de Engenharia Civil e o seu profundo conhecimento teórico do que se estava a passar no mundo, no domínio da profunda crise habitacional global, levaram a que o programa SAAL, Serviço de Apoio Ambulatório Local, dada a sua complexidade, fosse lançado com assinalável rapidez.

Da estratégia, essa estratégia aberta definida para o programa SAAL, nada, ou quase nada, tinha sido inventado no pós-25 de Abril. Nem a escassez do tempo, nem a euforia do momento o teriam permitido. Já vinha de antes, do final da década de 1960. Perante a gravidade da crise habitacional, os diversos organismos de Estado, que, de algum modo, tinham a seu cargo jurisdição sobre questões relacionadas com a habitação — Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Ministério das Obras Públicas, Direcção-Geral de Urbanização, Federação das Caixas de Previdência, as próprias Câmaras Municipais, sobretudo a de Lisboa — foram-se munindo de técnicos jovens e sensíveis à urgência duma solução mais sistemática para o problema. Esses técnicos — engenheiros, arquitetos, assistentes sociais, economistas — que, desde o início da década e nos respetivos serviços, foram desenvolvendo vários trabalhos de âmbito analítico, de sistematização metodológica ou mesmo de projeto.

É à luz desta conjuntura que se pode entender a iniciativa do Ministério das Obras Públicas de promover, entre 30 de Junho e 5 de Julho de 1969 o Colóquio sobre Política da Habitação. O Colóquio, cujos trabalhos decorreram no Laboratório Nacional de Engenharia Civil e tiveram Nuno Portas como relator, pretendeu reafirmar de um modo frontal a

* Cf. António Fonseca Ferreira, *Por uma Nova Política de Habitação*, Porto, Edições Afrontamento, 1987, p. 66.



Comissão de moradoras - só de mulheres
Porto, s.d.
A. Alves Costa



Associação de Moradores 18 de Maio
Oeiras, s.d.
A. Alves Costa



Manifestação contra a lei das ocupações
Porto, 17 de Maio 1975
A. Alves Costa



Manifestação
Porto, 23 Outubro 1976
A. Alves Costa



Manifestação de moradores
Porto, 17 de Maio 1975
A. Alves Costa

constatação, já patente nos Planos de Fomento que o antecederam, sobretudo no Plano Intercalar de Fomento e no III Plano de Fomento, da necessidade imperiosa de estabelecer um conjunto de medidas que se pudessem erigir como uma estratégia integrada para a resolução dos problemas que giram em torno da habitação, da construção civil e da promoção imobiliária. Foi aí que se debateram e estudaram as possibilidades de adequação da oferta habitacional a uma procura para a maioria da qual, a oferta existente era inacessível. No essencial, e pelo que diz respeito à organização da oferta, os relatórios do Colóquio diferenciavam as várias fórmulas de intervenção, fazendo corresponder a cada uma delas estratos populacionais, definidos segundo o rendimento e a consequente capacidade de aquisição. O SAAL correspondeu precisamente às políticas preconizadas para o mais insolvente desses estratos. Para além da adequação da oferta, que correspondia, basicamente, à construção das casas a fundo perdido, Nuno Portas estipulou também algumas premissas complementares.

A primeira de entre elas dizia respeito à organização social da procura, ou seja, para solicitar apoio, as populações tinham de estar organizadas, primeiro em Comissões de Moradores e depois em Associações, tinham que definir e votar estatutos, tinham que se organizar em assembleias democráticas.

Todas essas condições, que uma parte da esquerda considerou demasiado burocráticas contribuíram contudo, para solidificar a cultura democrática, num país em que esses comportamentos estavam banidos, mas serviram acima de tudo para sedimentar o espírito de comunidade e, mais ainda, para fortalecer o desejo de conquistar uma habitação. Era, em suma, uma atitude muito diversa do realojamento compulsivo que hoje se pratica.

Outra das premissas dizia respeito à obrigatoriedade de alojar as populações no mesmo lugar onde viviam antes, para evitar operações de gentrificação dissimuladas, de especulação fundiária, ou ambas, mas também para manter vivos os elos comunitários que vinham de trás.

A possibilidade de incorporar recursos próprios, nomeadamente no plano da mão de obra para a autoconstrução, foi outra das premissas. Essa possibilidade, de resto muito comum em operações congéneres que Portas bem conhecia, sobretudo na América Latina, foi sendo rejeitada ao longo do processo e só teve sucesso num pequeno número de operações. Tal como os arquitetos militantes do *Housing* autónomo o vinham demonstrando desde o final da década de 1960, em particular John Turner**, a apropriação da casa começava com o envolvimento do morador na própria obra, pôr as mãos na massa, como se diz em português corrente.

** John Francis Charlewood Turner, arquitecto, teórico e professor inglês, 1927-2023. Reconhecido pela sua sustentada teorização dos processos de autonomia na construção habitacional e de comunidades urbanas tendo sido, por exemplo, consultor sénior na ONU.(N. do E.).



SAAL
s.l., 1975
A. Alves Costa

A leitura mais elementar desta expressão leva-nos diretamente para a autoconstrução. No entanto, se pensarmos bem, esse vínculo individual, quando multiplicado pelo conjunto de moradores do bairro no processo democrático de discussão e formação da associação, assembleias, consensos, decisões maioritárias, etc., transporta a apropriação para o domínio coletivo, fazendo com que seja a própria comunidade a apropriar-se e a identificar-se com as casas e, naturalmente, com o bairro, com a cidade.

Depois, a cada uma destas operações correspondia uma equipa de projeto, denominada Brigada. Mesmo esta designação vinha do período anterior a Abril. Na segunda metade da década de 1960, alguns quadros técnicos associados em cooperativas culturais, levaram a cabo operações de projeto em bairros pobres e degradados, no sentido de apoiar as populações que lá moravam. Nuno Teotónio Pereira, um dos dinamizadores dessa atividade, designava esses grupos por brigadas de urbanismo ativo. As brigadas do SAAL, por sua vez, eram necessariamente coordenadas por um/a arquiteto/a, incluíam engenheiros/as, economistas, assistentes sociais, por vezes mesmo juristas. A sua missão era trabalhar com os moradores e levá-los a participar nas decisões sobre os projetos das casas e dos bairros onde elas se inseriam.

Assim, no Verão de 1974, começavam a perfilar-se as propostas para a intervenção nos bairros através do processo SAAL. Um pouco por todo o país, com maior incidência nos polos urbanos, o movimento de moradores engrossava o caudal de apoiantes. A ação direta — ocupações sumárias de edifícios devolutos, desobediência civil nos autos de despejo, manifestações de protesto — era constante e perseverante. Num ritmo quotidiano sucediam-se os casos de revolta e insurreição, tantas vezes legitimados *a posteriori* pelas unidades militares de intervenção, da confiança do Movimento das Forças Armadas, que tinham a seu cargo a arbitragem dos conflitos e das tensões inerentes ao momento revolucionário. Os serviços centrais do SAAL, desdobrados também na Direção Regional de Habitação do Norte, para os casos do Porto e envolvente, motivavam, compunham e homologavam as primeiras brigadas. A cada uma delas estavam atribuídos os trabalhos inerentes a uma operação, os projetos

de um novo bairro, portanto. Ao longo dos dois anos que se seguiram, um número muito significativo de arquitetos e de arquitetas trabalhou nessa missão.

De um modo geral, os técnicos mais novos estavam ansiosos por fazer convergir energias numa experiência profissional inteiramente nova, que tinha, para além do mais, a oportuna e aliciante faculdade de estar do lado dos mais pobres e dos mais oprimidos, servindo-os com os seus saberes técnicos, os quais, antes desta circunstância, estavam predestinados a emoldurar, quase em exclusivo, os interesses e o desejo de ostentação do Estado repressor, da burguesia arrivista ou do capitalismo liberal. Quanto aos mais velhos, se muitos de entre eles sentiam ainda com mais profundidade esta última motivação, a verdade é que, de um modo geral, tinham também as suas encomendas congeladas, dada a situação de instabilidade social e económica e ansiavam por uma frente de trabalho que pudesse superar o impasse.

E se, em teoria, aos primeiros cabia a vantagem de maior disponibilidade e abertura para o novo *cliente*, bem como a garantia de uma certa frescura inovadora no trabalho, fazendo assim jus ao seu carácter experimental e processual, o certo é que, também teoricamente, aos segundos assistia o peso da experiência e da maturidade profissional, condição essencial para que o processo não se perdesse nos meandros de um ativismo social pouco frutífero, do ponto de vista da obra concreta e da melhoria das condições habitacionais. Mas esta dicotomia geracional, aqui apresentada por facilidade de sistematização dos fatores em jogo, na realidade não existiu, nem foi sequer expressa ou tida como fator de arbitragem, *a priori*, em qualquer dos focos de debate que antecederam a formação das brigadas. A verdade é que, mais uma vez, foi no próprio decurso do processo que, paulatinamente, se foram encontrando as soluções para cada um dos casos.

O paralelismo destes momentos iniciais com o crescendo do movimento de moradores é controverso, mas é sobretudo muito diferente de local para local. Digamos que, de um modo genérico, essa contaminação começa nesse ponto a depender em grande medida das sensibilidades político-ideológicas dos arquitetos e dos restantes técnicos envolvidos.



SAAL
s.l., 1975
A. Alves Costa

No Porto, por exemplo, onde essas sensibilidades se situam entre o Partido Comunista e a extrema esquerda existe uma empatia absoluta com o movimento, mas, sobretudo, denota-se ao longo de todo o processo uma determinação forte em não colidir com a autonomia orgânica dos moradores, em ser a resposta arquitectónica de uma expressão *popular* radicalmente autónoma.

No Algarve também houve, ao longo do processo de discussão, conceção e construção das casas, um paralelismo significativo com as dinâmicas reivindicativas dos moradores. O movimento de moradores encontrava-se aí maioritariamente mais enquadrado nos territórios de motivação política do Partido Comunista e do Movimento Democrático Português.

Em Setúbal, por seu lado, as posições mais extremadas da esquerda radical chegaram, num determinado momento, a ver o SAAL como inimigo, ou seja, como medida legislativa apaziguadora da maré de ocupações que o movimento ia gerando. Num segundo momento, com o início da construção das primeiras casas, o SAAL torna-se parceiro ativo do movimento revolucionário da cidade, que envolvia greves, ocupações de empresas, lutas pela dignificação do trabalho, pela casa, pelos equipamentos de saúde e educação e pelos direitos sociais mais elementares.

Em Lisboa e nos concelhos limítrofes, dada a escala e a diversidade social e política dos moradores e dos membros das brigadas, não pôde haver uma interpretação tão homogénea, dificilmente se consegue uma síntese. Houve de tudo, desde a completa e agnóstica isenção da actividade projectual dos técnicos até ao envolvimento total com a ação direta dos moradores, passando pelo enquadramento em opções mais identificadas com os programas partidários. Nalguns concelhos limítrofes da capital, em Oeiras, por exemplo, houve, contudo, um programa de operações concertado para a área municipal, através do qual foi sendo possível gerir e monitorizar o processo muito para além da extinção do serviço. Esses resultados devem-se, em primeira instância, à capacidade de sistematização das intervenções por parte dos técnicos municipais, que já conheciam bem o terreno.

*** O Estado de bem-estar social, em tradução directa, é uma expressão de raiz anglo-saxónica que, passe a eterna controvérsia e o simplismo desta nota, identifica uma forma de governação, ideológica e programaticamente orientada à prioridade de supressão ou mitigação de iniquidades sociais através da intervenção directa da administração empoderada. (N. do E.)



SAAL - Curraleira - Embrechados
Lisboa, s.d.
Nuno Portas

Nas restantes operações, o envolvimento com os moradores e com a sua ação política foi intenso, nas áreas mais rurais do Alentejo, por via da proximidade com as lutas do campesinato, em especial a Reforma Agrária, e em Coimbra, onde os moradores tomaram o controlo do processo desde o primeiro momento, posicionando-se lealmente, mas sem desvios táticos ou partidários, ao lado das lutas de cariz reivindicativo mais geral.

Portanto, e de um modo geral, ao longo do processo SAAL, a prática da Arquitectura esteve, por condição programática, sujeita a uma encomenda veiculada pelo Estado, mas controlada pelos próprios moradores, por aqueles que iam construir, seja no sentido literal ou no simbólico, o seu próprio bairro. Sob o ponto de vista arquitetónico, era sem dúvida uma situação de encomenda mais favorável do que a comum, aquela que tinha até aí conformado as circunstâncias de habitação de interesse social e de promoção pública, quer pelas municipalidades democráticas e progressistas do período entre as duas guerras, quer as promovidas pelos Estados autoritários, quer as do *WelfareState**** do pós-II guerra. Ou seja, no SAAL há impulso público na construção das habitações, mas os moradores têm individualidade, são interlocutores válidos e ativos enquanto comunidade e, muitas vezes, são-no mesmo enquanto protagonistas. As habitações não eram uma tipificação genérica para ser ocupada mais tarde, vá-se lá saber por quem. Essa é uma característica essencial para se entender a especificidade do processo SAAL.

E essa é também, entre algumas outras, a lição essencial para a nossa contemporaneidade, tão distantes nos vamos fazendo a essa missão primordial: construir casas para viver e não apenas para vender.

José António Bandeirinha
Arquiteto, professor catedrático do Departamento de Arquitectura e investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra



SAAL - S. Vitor, Porto, s.d.
Desenho de Álvaro Siza
Fotografia de Nuno Portas

REFLEXÃO SOBRE DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E CIDADANIA

O 25 de abril de 1974 correspondeu a um momento transcendental na História Universal, em que uma longa ditadura foi derrubada por um golpe protagonizado por militares, concretizado sem fuzilamentos e que teve a adesão imediata do Povo Português, pouco politizado, mas muito cansado das restrições, da opressão e da guerra colonial.

O golpe de Estado, que deu origem a um processo revolucionário que terminou com a aprovação da Constituição da República Portuguesa de 2 de abril de 1976, além da profunda transformação que provocou no país – política, económica, social, cultural e mental - desempenhou um papel catalisador na onda global de democratização que aconteceu nas décadas de 70 e 80 do século passado, na Europa, na América Latina, em África e na Ásia.

O 25 de Abril deu aos portugueses a Liberdade e instou-os a construir uma Democracia.

Se a Liberdade é uma pulsão inata à Humanidade, a Democracia é um permanente processo de aprendizagem.

Um dos nossos grandes equívocos – nós, os Portugueses – é termos confundido uma coisa com a outra.

Quando nos debruçamos sobre o conceito de “Democracia” mergulhamos em várias teorias e modelos, que correspondem não só a distintas cronologias mas também, em muitos casos, a perspetivas claramente ideológicas.

No entanto, o conceito de “Democracia” que transitou para o século XXI tem, paradoxalmente e na sua essência, duas características absolutamente contraditórias entre si, inexoravelmente ligadas: a certeza e a incerteza. A certeza quanto à permanência universal da sua validade enquanto modelo de organização política da sociedade, dado que continua a ser como afirmou Winston Churchill a “pior forma de governo, excepto todas as outras”¹. A incerteza quanto à configuração que assumirá nesta sociedade pós-moderna, globalizada e em profunda transformação².

Segundo Samuel Huntington³ estamos a viver uma “terceira vaga da Democracia”, uma vaga que se está a expandir sem “quaisquer garantias históricas”⁴ e que se manifesta numa cada vez mais evidente crise da “Democracia Representativa”⁵, crise essa que acontece não porque de uma forma clara os seus propósitos se tornaram errados ou, sequer, porque deixou inequivocamente de ter sentido enquanto regime democrático de funcionamento do sistema.

A crise acontece porque a “Democracia Representativa” caiu na tentação de reduzir ao máximo os espaços de participação cívica dos cidadãos, que quase só se tornou formalmente possível – do ponto de vista da eficácia – no seio dos partidos políticos. Se é verdade que a “Democracia Representativa” é quase essencialmente a “democracia dos partidos políticos”, não o é na sua totalidade. É indiscutível que os

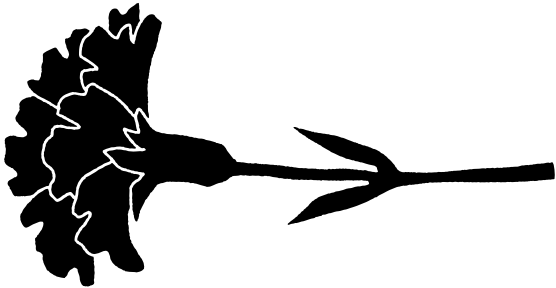
1 “Many forms of Government have been tried, and will be tried in this world of sin and woe. No one pretends that democracy is perfect or all-wise. Indeed, it has been said that democracy is the worst form of government except all those other forms that have been tried from time to time.” Churchill, Winston (1947), Hansard.

2 “A pós-modernidade significa em política a busca de formas de autogoverno num mundo fragmentado, sem centro e sem conceito normativo (Von Beyne). Não se procura renunciar ao conceito de governo e conceber a política como uma coisa irracional em que todas as intervenções se malogram ou conduzem necessariamente a resultados não desejados. De todos os modos há que reconhecer que a intervenção política perdeu a sua inocência e só pode definir-se no seio de relações reticulares, como uma maneira de coordenação deliberativa; e a partir de estratégias inéditas de acção indirecta. O grande desafio consiste em imaginar formas de governo que sejam eficazes nas condições de uma profunda descentralização e que respeitem as exigências democráticas”, in Innerarity, Daniel (2002). “A Transformação da Política”. Lisboa: Editorial Teorema, Lda, p.179.

3 Pensamento expresso na sua obra “The Third Wave. Democratization in the Late Twentieth Century”, publicada em 1993, pela Editora londrina Norman.

4 Keane, John (2009). “Vida e Morte da Democracia”. Lisboa. Edições 70, pág. 679.

5 “No entanto, como refere Roland Mane, ”alguns publicistas negam a existência de verdadeira democracia representativa, baseando-se em três contestações: a) uma fracção importante da população desinteressou-se da vida pública, como provam o número de abstencionistas regulares nas consultas eleitorais e, mais ainda, o grande número de cidadãos não inscritos nas listas eleitorais; b) os diversos sistemas eleitorais camuflam, de facto, sob uma aparência democrática, a escolha dos governantes, já que os comités dos partidos políticos asseguram praticamente sozinhos essa escolha; c) na maior parte dos países a alta administração detém, de facto, o Poder, qualquer que seja a maioria parlamentar” in Fernandes, António José (2008), “Introdução à Ciência Política – teorias, métodos e temáticas”, Porto: Porto Editora, págs. 148-149.



partidos políticos são imprescindíveis à “Democracia” – e mais ainda à “Democracia representativa” – mas não podem nem devem arrogar-se de ser os únicos espaços disponíveis a uma intervenção cívica organizada. No entanto, apesar desta realidade – caracterizada pela redução formal e na prática da “Democracia Representativa” aos partidos políticos e pelo facto de serem avessos ao reconhecimento de outras plataformas cívicas com legitimidade democrática, isso não significa que os “Cidadãos” não se possam organizar, formal e informalmente, cada vez mais com vista a participarem no debate político e na intervenção cívica.

Com a crescente massificação da “Internet”⁶ a pluralidade total do mundo, pluralidade política, cultural, económica, ambiental, histórica, etc., que se verificam em todas as escalas (local, nacional, regional e global), passou a ser objecto de reconhecimento, apreensão, análise e discussão cívica num território cibernético que é planetário, que escapa não só à realidade especificamente territorializada da “Democracia Representativa” como à maior parte dos seus mecanismos de integração e controlo, com a agravante de muito raramente reconhecer o território cibernético como interessante para a captação atempada de argumentos válidos para os processos de tomada de decisão⁷.

O que a este nível acontece, por regra, é que os poderes – todos eles, mas especialmente os de cariz legislativo – só dão conta das “Vontades” construídas no seio dessas plataformas

informais de territorialidade incomensuravelmente mais vasta, quando a pressão pública que geram é tanta que esses mesmos poderes são, muitas vezes, obrigados a integrá-las e a traduzi-las através de soluções legislativas ou decisões políticas de uma forma apressada e atabalhoada, sem que as mesmas tivessem sido suficientemente maturadas em sede própria e em que a verdadeira discussão decorreu fora do seu âmbito.

Este cenário, cada vez mais comum, é perverso e representativo de falta de verdadeira autenticidade democrática e conduz à crescente teatralização da política⁸ e ao crescente afastamento inexorável dos “Cidadãos” da “Democracia Representativa” e dos seus elementos essenciais que são os partidos políticos, os quais não souberam, ou não quiseram, valorizar e fomentar as plataformas cívicas informais. Afastamento esse cujo sinal mais preocupante nem sequer é a crescente abstenção eleitoral, a nível local, nacional e regional, mas sim os indícios claros da emergência e crescimento de um sentimento difuso de inutilidade social em relação às instituições operativas no seu seio (não apenas aos partidos políticos, mas também, e mais grave, aos parlamentos, governos e tribunais, a quem é reconhecida uma cada vez mais minguada utilidade social); sentimento esse que é sustentado pela evidente ineficácia dessas instituições em relação à resolução concreta dos problemas que assolam a sociedade contemporânea e da sua incapacidade em perceberem os

6 “In the early 1990s, the Internet spread beyond the research (edu) and militar domains raised hopes that it would revitalize western democracy. Cyber space was imagined alternatively as an electronic frontier where free thought and egalitarian associations transcend political boundaries and an electronic commons where netizens discuss issues and influence decision makers who are listening. The term netizen coined in 1994 on the basis of Internet and citizens, refers to an Internet user and suggests that Internet became a center of power, it would confer a new sociopolitical identity on its users, as the city did for citizens. The libertarians and communitarian visions built on the Internet technology, particularly is nonhierarchical structure, low transaction cost, global reach, scalability, rapid response time, and disruption-over-coming (hence censorship-failing) alternative routing”, in Hurwitz, Roger (1999). “Who needs Politics? Who needs People? The Ironies of Democracy in Cyberspace”. MIT Artificial laboratory.

7 Com a crise do Estado nacional, o que se esgotou não foi a política, mas uma determinada forma de fazer política; concretamente aquela

que corresponde à era da sociedade territorialmente delimitada e politicamente integrada. As modificações da política são exigidas por transformações profundas da sociedade, caracterizada por arquitectura policêntrica. Apresenta-se actualmente à política o difícil dever de transitar da hierarquia para a heterarquia, da autoridade directa para a conexão comunicativa, da posição central para a posição policêntrica, do comando unilateral para a implicação policon-textual”. In Innerarity, Daniel (2002). “A Transformação da Política”. Lisboa: Editorial Teorema, Lda, p.144.

8 “Em política, o decisivo é cada vez mais uma encenação em que os eleitores são espectadores e os votos são quotas de aparição. As clássicas funções do Parlamento, a sua mediação e a sua função de verificação e regulação, passaram para formas extraparlamentares de encenação mediática. Onde há teatralização, o que aparece é uma suspeita genérica de manipulação e os típicos medos de conspiração” in Innerarity, Daniel (2009). “A Sociedade Invisível”. Lisboa: Editorial Teorema, Lda, p.142.

contornos e procederem às necessárias sínteses das crescentes dificuldades do nosso tempo que afectam a generalidade dos cidadãos.

Esta incapacidade da “Democracia Representativa” de corresponder às expectativas sobre Democracia que os Cidadãos, hoje, legitimamente aspiram encerra, em si mesma, o risco de transformar a “Democracia” numa “Utopia”, já que “Utopias” são concepções teóricas de sociedades ideais, nas quais os problemas de índole política, social e económico, são definitivamente erradicados, onde as instituições encontram na promoção do bem e da “felicidade” colectiva as suas únicas preocupações e onde cada pessoa tem perfeitamente definido imutavelmente o seu papel no todo social.

É natural e humanamente compreensível que perante a já referida incapacidade da “Democracia Representativa”, em responder com qualidade às pulsões políticas, sociais, culturais e económicas do presente haja a tentação de mitificar utopicamente a “Democracia”. As “utopias” representam uma inquietação, individual ou colectiva, perante o presente, que segundo Santo Agostinho (354-430) nem sequer existe, e perante o dever civilizacional. Representam sempre, também, a expressão mais ou menos explícita de um desajustamento e são, frequentemente, reflexos do medo do entendimento não só da liberdade como da heterodoxia do progresso.

Essa mitificação utópica da “Democracia” esquece que o «ideal da sociedade democrática não consiste numa sociedade que tivesse realizado o sonho de uma harmonia social perfeita»⁹ e olvida também que na possibilidade de uma concretização utópica tal significaria o alcançar de um universo redutor, imóvel e escravizante¹⁰.

A “Democracia”, apesar das inúmeras incógnitas que neste início do século XXI nos aporta, não deixa de ser o único modelo de organização social – no seu sentido mais amplo e profundo – que introduz como o único horizonte válido para a política a “Liberdade”; e não há “Liberdade” sem responsabilidade e também não há a possibilidade de escolhas responsáveis sem “Conhecimento”. E, “se o sentido da política é a liberdade, isso significa que neste âmbito – e em nenhum outro – temos o direito de esperar milagres. Não porque sejamos supersticiosos, mas porque, na medida em que podem actuar, os homens têm condições para realizar o inverosímil e incalculável, e porque habitualmente o realizam, quer saibam quer não.»¹¹

Mário Nuno Neves

Ciências Históricas ramo Património, Doutor em Ciências Políticas e Relações Internacionais

Vereador da Câmara Municipal da Maia

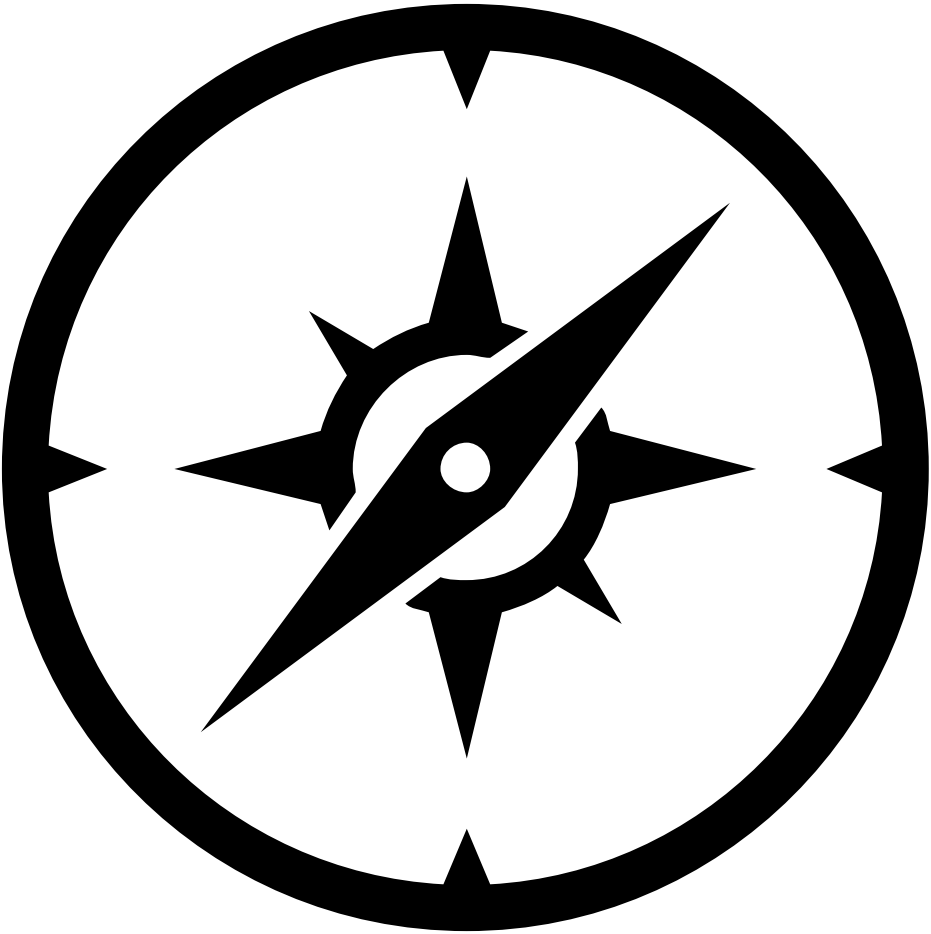
9 Innerarity, Daniel (2002).”A Transformação da Política”. Lisboa: Editorial Teorema, Lda, p. 124.

10 “Platão, erradamente, tomou os pontos ideais da bússola como destinos reais. Para ele, o bem e o mal eram ideias eternas, imutáveis e separadas: uma vez implantadas jamais precisam mudar. Por meio de leis, por meio de uma rigorosa censura, através da firme disciplina, por meio de controles totalitários isolados pelo sigilo, propunha ele remover o mal e manter o bem. Pouco compreendeu que os próprios instrumentos que escolhera, inverteriam esse processo. O que não compreendeu, mais ainda, foi que embora o bem e o mal sejam pontos fixos da bússola moral, as correntes da própria vida muitas vezes invertem a sua polaridade. O mal trará bênçãos – como diz Emerson* – e o gelo queimar. Um bem procurado de maneira por demais inflexível pode transformar-se num mal granítico, estabelecendo um limite ao desenvolvimento maior; ao passo que o erro e a falsidade, quando reconhecidos e desafiados, podem, nesse próprio acto, proporcionar energia para um movimento à frente. Como um moldador de botões, Platão procurou fundir a vida num molde preparado: o ouro num, o bronze noutro e o barato chumbo num terceiro. Não tinha em si qualquer coisa do jardineiro ou do biólogo

experimental, que selecciona a semente, planta-a no solo correcto, com a devida exposição ao sol; em suma, coopera com a natureza enquanto procura melhorar suas formas selvagens, tendo em vista o consumo humano – não procurando a perfeição num substituto mecânico, arbitrariamente medido e configurado. Platão subestimava os estímulos e desafios vitais do crescimento: a variedade, a desordem, o conflito, a tensão, a fraqueza e até mesmo o fracasso temporário. Cada uma dessas coisas, quando não petrifica num padrão fixo pode produzir uma comunidade muito mais desejável do que qualquer outra forma de conformidade, seja essa conformidade imposta pelos executivos filisteus de um moderno órgão de governo, por uma corporação de negócios ajudada por computadores, ou pelo maior pensador que Atenas ajudara a produzir.” *In* Mumford, Lewis (1991). “*A Cidade na História*”. Rio de Janeiro: Martins Fontes, p.197-198.

* Ralph Waldo Emerson, filósofo norte-americano, 1803-1882 (N. do E.).

11 Arendt, Hannah (2002). “*O que é a Política*”. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, p. 15.



CASA DO POVO DE MOREIRA DA MAIA

O edifício da Casa do Povo de Moreira da Maia, desenhado pelo arquiteto António Correia da Silva, e o Busto de Karl Marx pelo escultor Henrique Moreira. (fig. 1)

Foi inaugurado no 1.º de maio de 1926, com um comício promovido para angariação de cooperantes. A proximidade à linha de comboio foi aproveitada e “os comboios do Porto despejaram em Moreira da Maia centenas de excursionistas, recebidos na estação com vivas à República Social e com os acordes da Internacional”.¹

Os estatutos da instituição foram aprovados no dia 10 de abril de 1927, por um pequeno grupo de Homens Bons², sob princípios socialistas e cooperativistas, como já indiciava a colocação do busto de Karl Marx no frontispício de entrada. Dos estatutos aprovados nesse dia, destacamos a criação de 3 secções que serão a coluna vertebral da cooperativa:

- Secção comercial para adquirir por grosso e fornecer a retalho os sócios e as suas famílias com os artigos essenciais ao dia a dia;
- Secção de socorro na doença, invalidez inabilidade ou reforma, com as condições o mais amplo possível para prestar a todos os sócios e suas famílias os referidos socorros;

1 Revista Renovação, n.º 22, 15 de maio de 1926
2 Livro de atas da Casa do Povo de Moreira da Maia, 1927 a 1933
Reunidas as condições para a Criação e operacionalidade da Sociedade, de abril a junho, na segunda reunião de assembleia geral a 12 de junho de 1927, foi dado a conhecer aos associados pelo secretário António Rocha, que a sociedade foi outorgada nas notas do notário, Doutor Artur da Silva Lino, legalizada por escritura pública de 18 de maio de 1927 da Cidade do Porto. Os Estatutos aprovados em

- Secção de educação e propaganda da Cooperação onde se pode exercer a ação cultural da mentalidade dos indivíduos por todos os meios lícitos.

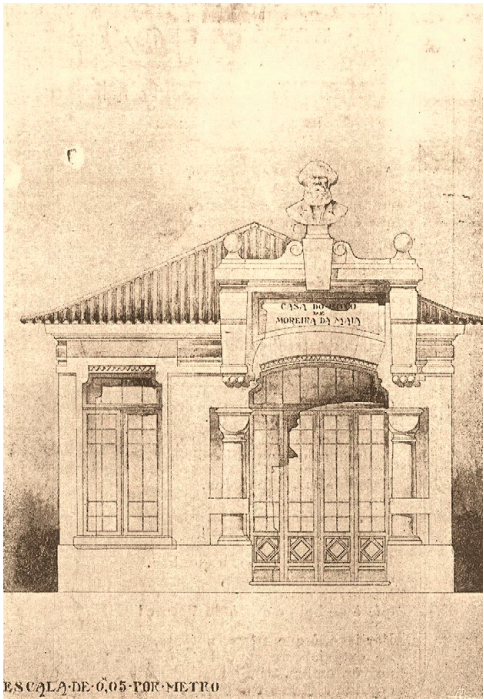


fig. 1

A secção médica foi inaugurada no dia 7 de abril de 1929, cumprindo o estipulado no artigo 5 dos estatutos da Casa do Povo.³ No ano anterior já tinha sido feito o estudo dos agregados familiares dos sócios a fim de calcular o universo de beneficiários da assistência médica e socorro. Além disso,

assembleia geral no dia 10 de abril de 1927, e para que conste, os primeiros homens a fundar tão importante sociedade para as gentes de Moreira e freguesias circunvizinhas foram: José Moreira da Silva, António Rocha, Manoel José de Miranda, Manoel Francisco Moreira, José Ferreira dos Santos, Domingos da Silva, José de Almeida Benévices e os cidadãos Arnaldo de Sousa Bento, David Cruz e Joaquim Marques Dias.
3 Livro de atas da Casa do Povo de Moreira da Maia, 1927 a 1933

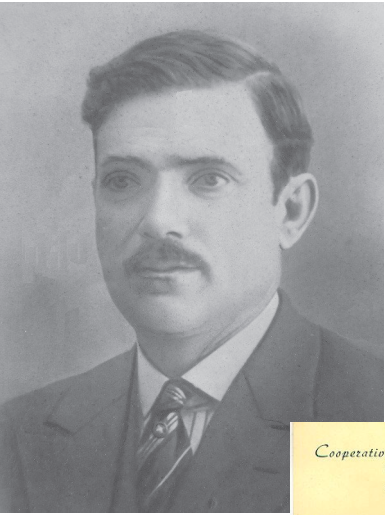


fig. 2

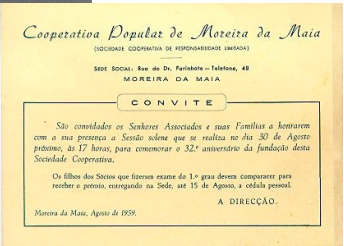


fig. 3

foram também executadas obras de ampliação do edifício social de modo a acomodar as instalações do posto médico e foi feito um acordo com a Farmácia Veiga que ofereceu um bônus de 20% a todos os sócios e familiares, bem como assistência de enfermagem gratuita. O médico responsável pelo posto, Dr. Félix Farinhote,⁴ (fig. 2) teve como primeiro ato a solicitação de sessões de vacinação para todos os sócios. Após 12 meses de atividade, o balanço do serviço prestado foi positivo, sem reclamações ou insatisfações. Em reconhecimento ao compromisso do Dr. Félix Farinhote com os doentes da Sociedade, a Direção unanimemente concedeu-lhe aumento de vencimento.

Numa reunião da Direção, foi lido um parecer elogiando o trabalho do diretor clínico, destacando a sua dedicação e carinho no atendimento aos associados e familiares. Como forma de agradecimento e justiça, foi atribuída uma “lembrança” de trezentos escudos mensais.

O desejo da Sociedade de estabelecer o Socorro na Doença finalmente se concretizou, e o serviço ficou operacional, com adesão significativa dos associados e familiares, embora sabíamos que uma parte dos mesmos, se fizeram sócios para este fim - a assistência médica e medicamentosa. Também se percebe a razão desta atitude, devido aos registos individuais de consumos mínimos, mas facilmente desculpáveis devido à grande dificuldade em se obter assistência médica.

4 José Félix Farinhote, Médico. Em 1910 foi Presidente da Câmara Municipal da Maia.

Dentro desta ação social destacamos ainda o início das consultas de medicina dentária, com 50% de desconto, a partir de 1932 e, talvez mais impressionante a concessão de subsídio ao sócio, ou esposa de sócio, por motivos de parto. Cada sócio tinha direito a um fundo individual, calculado em função do seu consumo. Se levantasse o fundo no final do primeiro ano, perdia 20% do capital, no final do segundo ano, perdia 15%, no final do terceiro, perdia 10% e a partir do quarto ano perdia apenas 2,5%. A partir do quinto ano o sócio podia receber o seu fundo numa base mensal, independentemente da idade. Em caso de doença também estava contemplado o usufruto do fundo individual sem penalização. Em caso de falecimento, eram herdeiros do fundo a viúva e filhos menores desde que o bom comportamento moral fosse reconhecido.

O modo de funcionamento da Casa do Povo dependia em grande medida de uma constante angariação de sócios que aumentavam as vendas da secção comercial, que por sua vez iria financiar a secção de socorro. Para isso era essencial a secção de educação e propaganda, que funcionava no salão-teatro, onde se realizava a sessão solene anual. Neste evento era entregue o prémio aos filhos dos sócios que terminassem a 4.ª classe: a abertura de uma conta com 100 escudos, na Caixa Geral de Depósitos.⁵ (fig. 3) Esse prémio era do filho e não dos pais e ficava cativo até que o beneficiário atingisse

5 valor monetário atribuído no valor de 100 escudos, refere-se aos anos de 1960/70.

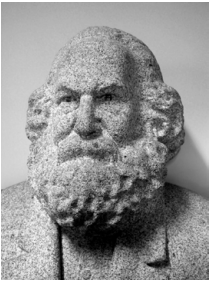


fig. 4

a maioria. Era nesse mesmo edifício que se realizavam as bodas de casamento dos agregados familiares dos sócios, ao preço de custo, incluindo o serviço de boda sob a responsabilidade da cooperativa.

A Casa do Povo de Moreira é fundada, sem sombra de dúvida, com princípios contrários àqueles que dirigiam o regime instalado pelo golpe de 28 de maio de 1926. Não se sabe ao certo quando foi retirado o busto de Karl Marx, (fig. 4) mas não deverá ter demorado muito tempo. Se inicialmente muitos pensaram que o golpe era apenas mais um incidente como tantos outros a que a Primeira República nos habituou, depois do revirvalho, em fevereiro de 1927, a maioria percebeu que esta ditadura tinha vindo para ficar. A partir daqui terá começado uma metamorfose da instituição, resultado da dialética forçada pela nova situação política. A Ditadura Militar primeiro e o Estado Novo depois, tentam eliminar todas as tendências socializantes da sociedade portuguesa. As cooperativas de consumo tentam sobreviver à hostilidade do novo regime retirando símbolos socialistas e adotando estatutos que lhes permitissem persistir. Prova disso é a reforma dos Estatutos da casa do Povo, aprovada a 10 de janeiro de 1932, de modo a dar resposta ao decreto de 29 de janeiro do ano anterior, bem como a mudança de nome para Cooperativa Popular de Moreira da Maia. Logo no ano seguinte é aprovada a “Lei Garrote”, decreto n.º 22:513, de 1933, onde o Estado Novo responde positivamente às reclamações das associações ligadas ao comércio retalhista. O referido decreto estabelece novas regras relativamente à contribuição industrial, da qual as cooperativas de consumo estavam isentas e os restantes retalhistas não – a partir de 31 de maio daquele ano, as cooperativas de consumo teriam de comunicar se pretendiam operar dentro da isenção e vender os seus produtos apenas aos associados ou se pretendiam operar no regime geral, pagando contribuição industrial, podendo desse modo vender a sócios e não-sócios, pagando porém a contribuição sobre a totalidade das vendas. Esta pode parecer uma alteração de somenos, todavia ela representa uma mudança de paradigma na organização social do país. A partir daqui as cooperativas de consumo passam a ser tratadas em pé de igualdade com qualquer mercearia, esquecendo o papel de amparo social providenciado pelas primeiras. É uma vitória do corporativismo.

Não obstante a hostilidade do Estado Novo, a Cooperativa Popular de Moreira da Maia resistiu até aos anos 90, não se sabendo ao certo a data do encerramento. Sobreviveu ao Estado Novo, mas não à transformação económica que ocorreu com a entrada na União Europeia. A pertença à UE obriga à liberdade de circulação de capitais e bens e nesse mercado concorrencial o capital concentra-se (tal como o filósofo alemão preconizava) e isso transforma a economia. Os grandes retalhistas acabaram por tomar conta da quase totalidade do comércio, sendo muitas vezes os mesmos grupos a deter os armazéns grossistas e o retalho. Este é o aspeto económico, mas talvez tão ou mais importante seja uma mudança de mentalidade do país como um todo. Enquanto antes as lojas, associações, igrejas e afins eram pontos de encontro e não apenas de comércio ou culto, hoje em dia vive-se de uma forma muito mais individualista. As pessoas vão ao supermercado fazer as compras, não aproveitam para saber as novidades até porque raramente encontram alguém conhecido. Era difícil prever que a concentração do comércio nas grandes superfícies iria gerar esta fragmentação da sociedade, mas é fácil reconhecer que o papel das cooperativas superava os aspetos mais práticos da obtenção de bens alimentares e assistência social – elas contribuíam para a coesão social das comunidades envolventes.

Armando Mário Moreira Tavares

Historiador e Técnico Superior de História da Câmara Municipal da Maia

Museu de História e Etnologia da Terra da Maia

Fontes

Atas das Assembleias Gerais da Casa do Povo de Moreira da Maia, 1927 a 1933.

Revista Renovação, n.º 22, 15 de maio de 1926.

In, Brochura, Estatutos e Regulamentos Internos da Cooperativa Popular de Moreira da Maia (Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada), Imprensa Social – Secção da COOP.DO.POVO PORTUENSE, 1938

“A TERRA A QUEM A TRABALHA” Uma perspectiva da evolução agrícola dos últimos 100 anos na Maia

“Num mundo cada vez mais urbano e de exploração produtiva intensiva, a agricultura parece cada vez mais distante das nossas portas. Os alimentos que consumimos viajam mais na sua curta vida útil, de poucas semanas ou meses, que a maior parte dos seres humanos a vida toda, com os impactos ambientais conhecidos. Por outro lado, a expansão urbana e a especulação fundiária fazem com que o solo agrícola seja cada vez mais raro e dispendioso. Há, por tudo isto, uma relação difícil entre a cidade e os campos e entre quem vive nas cidades e trabalha nos campos.

A Maia tem, neste domínio, várias particularidades, algumas únicas no país. Trata-se de um território onde as realidades urbanas e agrícolas convivem de forma próxima, possui um conjunto de jovens agricultores dinâmicos, inovadores e exportadores, apoiados pela sua cooperativa, e tem vindo a promover um conjunto de iniciativas de promoção da atividade com impacto, como a Mostra Agrícola da Maia ou a Hortíssima em colaboração com o município. Para além disso, existe vontade das instituições e produtores locais para explorar este potencial como elemento de qualificação e valorização do território”.

É assim que José Carlos Mota, Professor Auxiliar no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e Territoriais da Universidade de Aveiro e profundo conhecedor da relação espaço-agricultura, identifica a notável transformação ocorrida nos últimos 100 anos do concelho da Maia. Esta traduz-se na modificação organizacional– constituição de um Sindicato, Grémio, Cooperativa; alteração das culturas- do trigo, vinho e linho passamos à produção de leite, milho e legumes de qualidade; sem esquecer a notória diminuição das áreas de cultivo.

Outro factor determinante para a lavoura maiata reflete-se em como acompanhou a evolução política. Permitam-me então justificar a escolha do título deste texto. Um dos jargões mais ouvidos por altura do Verão Quente de 1975 era precisamente este. O tema da *Reforma Agrária* encontrava-se na ordem do dia e as Cooperativas assumiam um novo papel. Ao lermos o Dec.-Lei n.º 390/75 sobressai logo no preâmbulo a orientação política e o intuito do legislador (Vasco Gonçalves): *“a dominação económica, social e política dos grandes proprietários e dos grandes empresários agrícolas,*

sob o fascismo, encontrou expressão e veículo não apenas nos aparelhos corporativo e administrativo, central e local, mas também na composição social e na actividade dos corpos gerentes de muitas cooperativas agrícolas. Para além do obscurantismo e do caciquismo reinantes em largas zonas rurais, a exigência de homologação dos corpos eleitos permitiu ao governo fascista controlar e assegurar a inserção da maior parte das cooperativas no quadro de uma política agrícola comandada pelos interesses dos grandes agrários e do capital monopolista. Desta forma, a vida e a acção das cooperativas agrícolas viram-se entregues, em numerosos casos, e em muitos deles, em regime de quase exclusividade, a proprietários absentistas, latifundiários, grandes capitalistas agrícolas, válidos ou favoritos de influentes e notáveis locais fascistas, elementos das profissões liberais, comerciantes, industriais”.

Convém referir que o panorama da Maia não era assim tão linear. Antes de 1974, não temos conhecimento de grandes tensões entre proprietários e arrendatários, os próprios caseiros e pequenos lavradores mantinham boas relações com as grandes “Casas” e donos dos maiores terrenos agrícolas. Por isso, por estes lados não ocorreram episódios como o da “Torre Bela”, no Alentejo. O processo foi pacífico, embora o fervor revolucionário também se tenha feito sentir através da extinção do *Grémio da Lavoura da Maia*, constituição de uma *Comissão Liquidatária* e passagem de todos os bens para a nova *Cooperativa Agrícola da Maia*.

Os antepassados da Cooperativa Agrícola da Maia

Os anos da Primeira Guerra Mundial foram de penúria para a agricultura nacional: crise económica; falta de mão-de-obra; diminuição de produção; açambarcamento e especulação de preços; fome e roubos. Uma realidade que perpassou todo o território e também se fez sentir aqui na Maia. É nessa altura que é formado um “Sindicato Agrícola da Maia”, ainda muito insípido e pouco expressivo. Encontramos documentos de 1917-18 no Arquivo Municipal que já referem essas preocupações. O presidente do Sindicato alertava para o deficiente abastecimento de géneros panificáveis devido às tabelas de preços. Aí, questiona a saída de cereais e outros produtos do concelho *«por culpa dos gananciosos ou necessitados compradores e da escassa colheita que em pouco*

tempo esgotará», pedindo auxílio ao celeiro municipal. No ano seguinte, Manoel Moreira Ramos, de Gemunde, informa que “a um grande grupo da comissão representante do povo pobre que regularmente se dirigia ao celeiro de Moreira, lhes terá sido negada a venda de um bocado de pão, estando a braços com a fome nessa numerosa classe, o que poderia originar perturbação da ordem pública e graves incidentes”.

Em 1919, o jornal A Maia publica uma notícia do Presidente da Assembleia Geral do Sindicato Agrícola, António Ferreira Pinto, a convocar os sócios para eleição dos novos corpos gerentes nos Paços do Concelho e o arrendamento de um prédio para sede, propriedade de Serafim Vieira da Cruz Neves, «para nele se instalarem as repartições precisas». Este movimento associativo entrou em hibernação por oito anos e só voltou a ganhar impulso em 1931 pelas mãos da nova Direcção: António Francisco Dias, Luiz Moreira Ramos, Álvaro Moutinho das Neves, Guilhermino Vieira e Armino Moreira Dias. Mas só a 22 de dezembro de 1932 se torna oficial a criação do Sindicato Agrícola da Maia. Nesta reunião presidida por Augusto Simões, compareceram 162 agricultores e daí saiu a direcção oficialmente reconhecida: António Francisco Dias, o padre Eduardo Alves Espinheira, Manuel Moreira de Sousa (Sobrinho), Alfredo Santos Leite e Augusto Simões.

A criação dos Grémios teve como base a Lei n.º 1957, de 20 de Maio de 1937, que estabeleceu as bases para a organização corporativa na agricultura. Estas disposições foram complementadas pelo artigo 9º do Decreto-Lei n.º 29243 de 8 de Dezembro de 1938 e a extinção dos sindicatos agrícolas foi regulada pelos artigos 47º e 48º do Decreto n.º 29494, de 22 de Março de 1939. Seguiu-se o Decreto-Lei que tornou obrigatória a transformação dos Sindicatos Agrícolas em Grémios Agrícolas. Assim, em 1941 é criado o Grémio da Lavoura da Maia e Valongo, por força de lei. Dois anos volvidos, Valongo emancipa-se e cria a sua própria Casa de Lavoura. Os Grémios da Lavoura acabaram por materializar a organização corporativa do sector agrícola português, sucedâneo do mutualismo na agricultura, e perdurarão até ao fim do Estado Novo. Estes podiam ser criados por iniciativa dos interessados ou do governo, multiplicando-se por

todo o território. Em 1944 foram aprovadas as “Bases para a uniformização das categorias, vencimento e admissão de pessoal dos Grémios da Lavoura” por despacho ministerial.

No tempo do Grémio da Lavoura da Maia, os agricultores maiatos eram abastecidos, na maior parte das vezes, por comerciantes que lhes vendiam adubos, pesticidas, sementes e que depois lhes compravam a produção. Era proibido vender directamente o trigo produzido na Maia, a Federação Nacional dos Produtores de Trigo fornecia a semente e os proprietários tinham de entregar a totalidade da produção no celeiro do Castelo da Maia.

A 8 de março de 1943, o proprietário Charles Frederick Chambers vendeu ao Sindicato uma parcela de terreno por 7.734\$00, que abrangia a bouça do Viso e o campo das Corgas. À época, era presidente do Sindicato, Eduardo Augusto da Silva, de Águas Santas; vice-presidente Manuel dos Santos Lessa, de Gueifães; tesoureiro Albino da Silva Martins Moreira, de Moreira e vogal Avelino de Sousa Marques, de Nogueira. Este talhão de terreno a lavradio, sito no Picoto, fronteiro aos antigos Paços do Concelho, teria uma área de 496,75 m2, fazendo parte da denominada *Quinta do Visconde*, depois do *Pereira da Silva*. A finalidade seria a construção de um armazém e depósito de produtos e uma moderna sede da instituição, inaugurada só a 7 de julho de 1962. Nesse dia também foi prestada homenagem ao ilustre lavrador e Comendador Augusto Simões Ferreira da Silva, um dos “cabecilhas” da Feira das Colheitas organizada no Palácio de Cristal em 1937. Aí, o Sindicato e Augusto Simões foram figuras de cartaz, representando brilhantemente a Maia, num forte envolvimento da comunidade maiata. O sucesso foi tamanho e para isso muito contribuiu o esforço animador do «lavrador inteligente e de espírito progressivo», que no final do evento foi alvo de grandes elogios pelo papel de baluarte da agricultura no Norte de Portugal. Um dos cortejos organizados pela Câmara Municipal da Maia e o Sindicato Agrícola foi o do milho, descrito como «*uma parada de grande efeito, de palpitante interesse e perfeito carácter regional*», onde desfilaram numerosos carros de gado vindos de lavradores de dez freguesias da Maia.



Cortejo do Milho, Feira das Colheitas



Cortejo do Milho, Feira das Colheitas



Bandeira do Sindicato Agrícola da Maia



Concurso Pecuário da Maia
Festas Bom Despacho
talvez 1962

Depois de Abril de 74

O Grémio da Lavoura da Maia continuava a destacar-se pela produção de leite e de reconhecidos produtos agrícolas. Com a eclosão do 25 de Abril e alteração do poder político, é determinada a extinção dos Grémios e avança-se para as Cooperativas. A dificuldade de acesso dos agricultores aos meios necessários à actividade - como sementes, adubos, financiamento (juros altos) acabavam por prejudicar a produção. Para pôr fim a esses entraves, entraram em campo figuras relevantes da política e meio agrário, que criaram organizações locais dedicadas ao apoio e desenvolvimento da actividade agrícola. Pela parte do Estado, surge o CAE - Crédito Agrícola de Emergência, que irá mediar entre a Comissão Liquidatária e o Banco Nacional Ultramarino, tendo um funcionário permanente os serviços do Grémio, o Sr. José João. Esse apoio fez triplicar a facturação da Cooperativa num curto espaço de tempo. Salientemos o papel de José Sousa Maia na liderança da Comissão Liquidatária, juntamente com Albino dos Santos Correia e Joaquim da Silva da Costa. De forma hábil, Sousa Maia definiu um modelo cooperativo mais adaptado à realidade maiata, baseando-se num já existente para o sector leiteiro, deixando cair outro proposto, oriundo do Alentejo.

Depois de resolvida a transmissão de poderes, valores e funcionários do Grémio para a Cooperativa a 2 de janeiro de 1975, meses mais tarde, a 20 de outubro, nasce a Cooperativa Agrícola da Maia, herdeira da tradição e história dos agricultores maiatos, fundada na sede do próprio Grémio, só legalmente extinto a 1 de novembro de 1976. Estavam criadas as bases do futuro para a defesa dos agricultores, *“uma voz que expresse os seus interesses comuns e uma capacidade negocial e reivindicativa que de forma isolada dificilmente teriam.(...) De uma pequena associação com um reduzido número de agricultores associados, abrangendo um pequeno leque de atividades agrícolas, a Cooperativa Agrícola da Maia foi crescendo e evoluindo, sustentada na força dos seus associados e no empenho dos seus dirigentes, sendo hoje uma Cooperativa de referência no panorama agrícola do norte do país”*.

Para finalizar, recorro às palavras do Dr. Vieira de Carvalho em 1981, a propósito do projecto escultórico para a conhecida “rotunda do Lavrador”. Estas bordam a ouro o papel da agricultura na Maia: - *«o Lavrador da nossa terra constitui assim, ao longo de séculos, o elemento sociológico mais expressivamente caraterizador da Maia. Conduzindo uma exploração familiar, transferida de geração a geração; procurando a todo o custo, por razões económicas sobretudo, manter a sua unidade original; trabalhando incessantemente desde antes do nascer do sol até depois da caída da noite; guardando no seu comportamento e na sua vivência as virtudes mais salutaras da nossa gente: o Lavrador da Maia significou e significa, na verdade, o tipo social que, fluindo do passado, dá verdadeiro carácter ao nosso povo e deve servir às gerações do presente e do futuro de tema de reflexão, de estudo, de análise e de orgulho também»*.

Rui Teles de Menezes

Historiador e Técnico Superior de História da Câmara Municipal da Maia

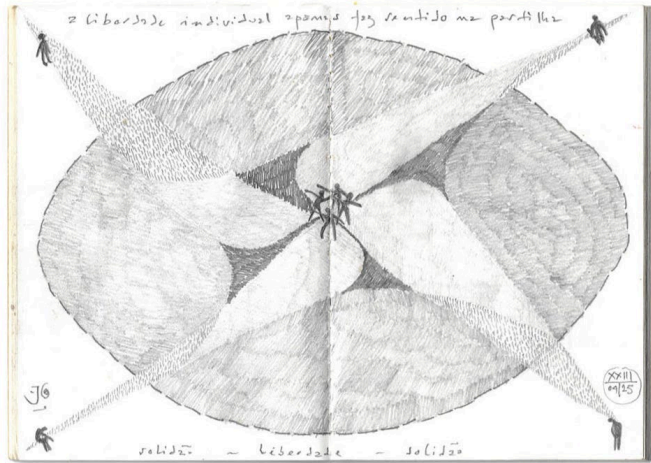
Bibliografia

- SAMPAIO, Alvarinho Cerqueira, “Cooperativa Agrícola da Maia : 40 Anos de História”, 2015
- MENEZES, Rui Teles de, Revista da Maia, ano IV, Nº1-2, “Uma visão do concelho da maia, à luz do seu Arquivo Municipal –IV Cronologia de factos ocorridos no ano de 1915”, 2019
- MENEZES, Rui Teles de, in Jornal Maia Hoje, “A agricultura na Maia – formas de organização”, 2021
- MENEZES, Rui Teles de, in Jornal Maia Hoje, Suplemento de Natal, “Viajar no passado da Maia”, 2023
- Actividades Nacionais, nº4, Concelho da Maia, 1981
- Actas do Grémio da Lavoura da Maia 1945-1976
- Arquivo Municipal da Maia

EM QUE PAÍS MORA O MUNDO?

“A migração é uma realidade da vida e uma força positiva. Promove o intercâmbio de conhecimentos e ideias e contribui para o crescimento económico. Permite que milhões de pessoas aproveitem oportunidades e melhorem as suas vidas. Ao mesmo tempo, a migração mal gerida é uma causa de grande sofrimento. Obriga as pessoas a entrar no reino cruel dos traficantes, onde enfrentam a exploração, os abusos e até mesmo a morte. A migração mina a confiança na governação e nas instituições, exacerba as tensões sociais e corrói a nossa humanidade comum.”

António Guterres, Secretário Geral da ONU,
mensagem por ocasião do Dia Internacional dos Migrantes
Nova Iorque, 18 de Dezembro de 2023



Depois de se juntar ao notável programa de comemorações dos 50 anos do 25 de Abril neste n.º06, tendo a Liberdade como temática central, a Terra Maia proporá uma visita a um outro facto da contemporaneidade que vem suscitando progressiva preocupação, muitas das vezes mais controversia do que tenção genuína – a Migração.

Portugal é, hoje, um país de acolhimento, mas nem sempre foi assim. Prova disso é o facto de que uma expressiva parte da população portuguesa tem na história familiar pelo menos um ou dois casos de parentes emigrantes.

A globalização suscitou uma nova mundivisão, a qual, a par de desequilíbrios económicos e sociais nunca resolvidos, gerou convulsões massivas pelo facto, justamente, de termos um proclamatório “direito universal” a coexistir com estados de insustentável iniquidade em muitas regiões do Planeta. Esses nossos semelhantes das zonas mais vulneráveis, seja por via da pobreza extrema, da guerra, da catástrofe natural, da mudança climática ou da intolerância política, são forçados a mover-se para outras áreas à procura de um lugar para viver dignamente.

Estes movimentos populacionais têm crescido em número (e em dramatismo extremo, nalguns casos) nas últimas décadas. Nada indica – pelo contrário – que venham a regredir. Portugal e a Maia não são (ainda?) “pontos significativos de destino” de migrantes. Todavia surgem já alguns sinais de tensões na sociedade e no discurso político que só podem beneficiar de uma reflexão crítica atempada sobre a natureza do fenómeno e os passos e caminhos mais acertados para evitar que a desgraça de quem foge de um lugar, acabe em tragédia quando chega a outro.

Procuraremos partilhar com o leitor opiniões, reflexões e experiências (sobre migrações reais e virtuais, que também as há...), outrossim alguns dados sobre imigração na Maia aos dias de hoje.

José Carlos Portugal
Arquitecto, Consultor do Município da Maia



1157 23